R I S
Revista
INOVAÇÃO SOCIAL
Vol. 2, N.º 3 / set - dez I 2020

Refugiados ou Direitos Humanos?



ISSN 2674-8185
Exclusivamente Eletrônica
www.revistainovacaosocial.com.br



EQUIPE

Editor Executivo

Dr. Nélio Fernando dos Reis
Instituto Federal de São Paulo
http://lattes.cnpq.br/6413647002262825
E-mail: revistainovacaosocial@gmail.com

Editores Assistentes

Brasil

São Paulo

Dra. Vera Lucia de Oliveira Ponciano
Universidade Santo Amaro

Me. Werner Mertizig
Universidade Bandeirantes de São Paulo

Me. Alequexandre Galvez de Andrade
Instituto Federal de São Paulo

Minas Gerais

Dra. Maria das Graças Oliveira
Instituto Federal Minas Gerais
Campus Ribeirão das Neves

Me. Márcio Rosa Portes
Instituto Federal Minas Gerais
Campus Ribeirão das Neves

Espírito Santo

Me. Marcos Simão Guimarães
Instituto Federal do Espirito Santo

Maranhão

Me. Elvio Porto Pereira
Instituto Federal do Maranhão

Colômbia

Prof. Dr. Alain Castro Alfaro
Corporación Universitaria Rafael Nuñez
Conferencistas em Liderança, Coaching e Docente Investigador.

Paraguai

Dr. Emiliano Estigarribia Canese
Universidad UPAP

Diagramação

Me. Fabio Roberto Izeppe
Instituto Federal de São Paulo

Comitê Editorial

Dr. Adriano Gomes de Freitas
Universidade Virtual do Estado de São Paulo

Dr. Adriano Thomaz
Centro Universitário UniMetrocamp

Dr. Alexandre Acácio de Andrade
Universidade Federal do ABC

Dr. Alexey Carvalho
Faculdade Anhanguera de Osasco

Ma. Allana Meza Veiga Cabral de Souza
Sellene Ltda.

Dr. Carlos Afonso Gonçalves da Silva
Polícia Cívil do Estado de São Paulo

Dra. Clarisse Ferrao Pereira
Universidade Federal de São João Del Rei

Dra. Cristina Correa de Oliveira
Faculdade de Tecnologia Zona Leste



EQUIPE

Dra. Edna Rosa Correia Neves
Faculdade Anhanguera Pitágoras de Jundiaí

Dr. Eduardo Tadeu Pereira
Associação Brasileira de Municípios, Projeto Parceria pelo Desenvolvimento Sustentável

Dr. Everaldo Batista Costa
Universidade de Brasilia

Dr. Fabio Vieira do Amaral
Universidade Paulista

Dr. Fernando Rodrigues de Amorim
Universidade Estadual Paulista

Dr. Jair Minoro Abe
Universidade Paulista

Me. João Paulo de Andrade Vergueiro
Fundação Escola de Comércio Alvares Penteado

Dra. Lisliê Lopes Vidal
Centro Universitário Adventista de São Paulo

Ma. Marina Cristina Villela Santos
Faculdade de Tecnologia e Ciências

Dr. Michel Bernardo Fernandes da Silva
Universidade Paulista

Me. Paulo Roberto Galvão
Centro Universitário FECAP

Ma. Sandra Léa Lima Fontinele
NUTSBEM - Nitrição, Saúde e Bem Estar

Me. Sandro Heleno Morais Zarpelão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Dra. Sonia Sueli Berti Pinto
Universidade Cruzeiro do Sul

Dra. Teresinha Covas Lisboa
Universidade Paulista

Ma. Virginia Nunes Lima
Universidade Ceuma

Mensagem do Editor



Editor Executivo
NÉLIO FERNANDO DOS REIS

Estamos vivendo a maior crise humana do mundo comtemporâneo. Segundo a Agencia da ONU para refugiados (ACNUR) no Brasil, em 2018, foram realizadas 80 mil solicitações de reconhecimento de refúgio, sendo 61.681 de venezuelanos.

No mundo, em 2019, já são 79,5 milhões de pessoas, o conceito de refugiado é mais inclinado a



questões políticas entre os países do que propriamente uma questão de fraternidade e igualdade. Pensarmos que é possível dividir as pessoas por etnia, sexo, cor, classe social é no mínimo intrigante. No fundo o que qualquer ser humano precisa é respeito, igualdade e condições de vida para que possa utilizar seus talentos e consequentemente obter uma qualidade de vida adequada, com acesso amplo a cultura, educação, saúde, segurança, saneamento básico, meio ambiente sustentável e habitação.

Todos as edições abrimos para sugestões de capa. A edição 2, número 3 de set-dez / 2020, traz a foto da situação dos refugiados que conseguiram abrigo. Todos tinham uma vida em seus paises, muitos eram profissionais liberais, empreendedores, trabalhadores e pessoas como nós, são nossos irmãos (ãs) que por motivos de autoritarismo e desigualdade deixaram suas vidas para tentarem novos caminhos.

Há muitos que mesmo estando nos países que escolheram desembarcar, não foram recebidos, estão jogados nas ruas com risco de vida por motivos de doença física e mental, fome, frio, abandono e outros.

No Brasil segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, temos 10 milhões de pessoas passando fome, 14 milhões de desempregados com um total de 76,8 milhões de pessoas fora da força de trabalho. Em essência a desigualdade nos torna refugiados.

Boa Leitura!!

Fraternal Abraço,
Nélio Reis

Eventos da Revista 2020















Eventos da Revista 2020











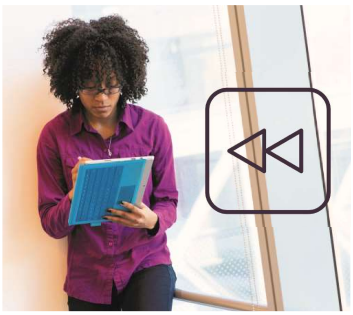


Editorial

A Revista Inovação Social, é um periódico quadrimestral, destinado a publicar a produção acadêmico-científica das áreas de ensino de Graduação e Pós-Graduação, de Pesquisa e Extensão, publica textos inéditos, em português, inglês ou espanhol. A revista é interdisciplinar e disponibiliza seus resumos e textos de forma integral para os leitores nas áreas da educação, administração, gestão pública e saúde pública.

O ano de 2020 foi desafiador, para cumprimor nosso papel social foram realizados 12 eventos pela Revista, temas que dominaram as ruas para declarar um basta ao racismo, a violência feminina e o clamor à educação, inovação e ciência. Sem o apoio de vocês nada seria possível. Por isso, quero abraçar a todos (as) e reforçar que estamos aqui para juntos transformarmos o mundo, são pequenas coisas que fazem grande diferença.
Este volume, apresenta 3 artigos, oriundos de autores do Instituto Federal de São Paulo.

1



O primeiro estudo da professora Sheyla Gorayeb Silva do Instituto Federal de São Paulo, trata da Reforma Trabalhista e seus Desdobramentos Sociais na Vida das Mulheres Trabalhadoras, o artigo discute em dois capítulos pontos que demonstram como a Lei nº 13.467/2017 e secundariamente a Lei nº 13.429/2017, apresentam um retrocesso nas condições de trabalho da mulher, retornando a desigualdade observada desde o início da luta onde diversas mulheres tiveram suas vidas ceifadas, seus direitos reduzidos e uma situação de desigualdade. A autora traz como conclusão este retrocesso e ao mesmo tempo provoca a pensarmos como muitas vezes o direito regride do ponto de vista social, isto deve-se a questões internas não resolvidas como o machismo estrutural.

2



O estudo sobre o acionamento do Circuit Break na pandeia do novo coranavírus da professora Regina dos Santos Almeida, demonstra que inicialmente no período de março/20 houve incerteza dos investidores sobre os impactos nos preços dos ativos e nas empresas, o segmento do petróleo foi impactado e apresentou as menores médias para o preço do barril no período, ocasionando rupturas de contratos o que provocou uma reação na Bolsa de Valores. O recurso do Circuit Break é utilizado para que os investidores tenham mais tempo para avaliarem as posições, sem tomar medidas de curto prazo e emocionais que provocam uma queda generalizada nos preços dos ativos. A autora faz uma construção no referencial teórico apresentando conceitos de diversos papéis, como ações, debentures e outros, além dos mercados primários e secundários.

Editorial

3



O Terceiro artigo "Relação entre Crescimento e Desenvolvimento Econômico na Região de Sorocaba, Estado de São Paulo" dos autores Alequexandre Galvez de Andrade e Nélio Fernando dos Reis, discute as diferentes abordagens conceituais que para alguns autores os dois conceitos são iguais para outros há diferenças. Entretanto, o papel das organizações para a redução das desigualdades é fundamental sobretudo o da inovação social. Os resultados indicam que não há evidências na região de que o PIB tenha relação com a renda por sexo e cor, exceto pela renda das mulheres que apresentou significância <0,06 e poder de explicação de 40,8%, apresentando a importância da mulher para o desenvolvimento local.

Encerramos esta edição agradecendo a participação de todos, para nós da Revista Inovação Social foi um prazer estar com cada um de vocês, certamente o que publicamos impactou ou irá impactar as pessoas de alguma forma. Ao longo destes dois anos tivemos muitos desafios para mantermos a revista, sobretudo o financeiro, pois não há investimento de instituições públicas e privadas. Além disto, é complexo para uma revista jovem ter artigos de qualidade como o que temos recebido.

Há uma visão de índices para qualificar as revistas que afastam muitas vezes as pessoas da ciência e pesquisa. Discutimos muito o conceito de inclusão, será que a academia esta preparada para incluir em todos os aspectos jovens talentos que muitas vezes não tem o rigor academico, mas a inovação pulsando em suas veias. São estas discussões que nos unem e que nos fazem diferentes, prezamos pela qualidade e acima de tudo pela contribuição para a melhoria de organizações e pessoas. Desta forma, encerramemos este ano de 2020 com a frase de Mahatma Gandhi.

"Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados"

Gratidão!!

Dr. Nélio Fernando dos Reis



Índice

REFORMA TRABALHISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS NA VIDA DAS MULHERES TRABALHADORAS
LABOR REFORM AND ITS SOCIAL CONSEQUENCES IN THE LIVES OF WORKING WOMEN
Sheyla Gorayeb Silva
10-16

ACIONAMENTO DO CIRCUIT BREAK NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS
DRIVING THE CIRCUIT BREAK IN THE NEW CORAVIRUS
Regina dos Santos Almeida
17-39

RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO DE SOROCABA, ESTADO DE SÃO PAULO
RELATIONSHIP BETWEEN GROWTH AND ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE REGION OF SOROCABA, STATE OF SÃO PAULO
Alequexandre Galvez de Andrade
Nélio Fernando dos Reis
40-48

REFORMA TRABALHISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS NA VIDA DAS MULHERES TRABALHADORAS
LABOR REFORM AND ITS SOCIAL CONSEQUENCES IN THE LIVES OF WORKING WOMEN

Sheyla Gorayeb Silva
Especialista em Gestão de Pessoas e Professora do Instituto Federal de São Paulo - IFSP
DOI: 10.5281/zenodo.4168680

Resumo: O presente artigo busca contribuir com as discussões sobre a reforma trabalhista aprovada em 2017 no Brasil, realizando uma reflexão crítica dos desdobramentos dessas políticas neoliberais, através de dados estatísticos e bibliográficos sobre o tema, a fim de demonstrar os diversos impactos sociais que essa reforma exerce sobre as mulheres, o mundo do trabalho e a sociedade nos tempos atuais.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista; Impactos Sociais; Políticas Neoliberais

Abstract: This article seeks to contribute to the discussions on labor reform approved in 2017 in Brazil, conducting a critical reflection of the consequences of these neoliberal policies, through statistical and bibliographic data on the subject, in order to demonstrate the various social impacts that this reform exerts on women, the world of work and society in the present times.

Keywords: Labor Reform; Social Impacts; Neoliberal Policies

1. INTRODUÇÃO

O aprofundamento da crise econômica brasileira no século XXI tornou o ambiente social e político especialmente fértil para a disseminação de ideias que, do ponto de vista do mercado de trabalho, promoveram a flexibilização da legislação trabalhista e o rebaixamento dos custos do trabalho. Tais processos foram um dos meios utilizados pelo governo Michel Temer (2016-2018) para alcançar maiores níveis de competitividade e de crescimento econômico.

O objetivo deste trabalho é indicar os possíveis desdobramentos sociais, diretos e indiretos, que as mudanças na legislação trabalhista promovidas pela Lei nº 13.467/2017, e secundariamente pela Lei nº 13.429/2017, irá provocar sobre as mulheres no mundo do trabalho. Para tanto, o texto encontra-se dividido em dois tópicos de análise: a primeira parte é composta pelos impactos sociais da mulher no mundo do trabalho, e a segunda é dedicada a reforma trabalhista e as mulheres, procurando levantar alguns dos desdobramentos desta reforma sobre as mulheres.

2. DISCUSSÃO

2.1. Os Impactos Socais da Mulher no Mundo do Trabalho

A realidade das mulheres no mundo do trabalho já é precária, na medida em que ainda ocupam poucos cargos de comando, têm salário inferior aos dos homens e altos índices de taxas de desemprego. Processo que se agrava quando aliado aos índices de assédio sexual e moral nos ambientes corporativos.

A Agência de Notícias do IBGE divulgou, em março deste ano, duas pesquisas com dados sobre a desigualdade de gênero que existe entre homens e mulheres. Uma trata sobre essa desigualdade no trabalho no dia das mulheres e a outra da responsabilidade por afazeres que afetam a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Ambas trazem dados importantes sobre essa diferença social que existe no mundo do trabalho entre homens e mulheres, como o fato do rendimento feminino equivaler a ¾ do salário dos homens, apesar de as mulheres serem mais escolarizadas que os mesmos. Ademais, as pesquisas reafirmam uma menor participação das mulheres na vida pública do país, apesar das cotas existentes; demonstram maior dedicação das mesmas nos cuidados e afazeres domésticos, com maior taxa de desigualdade na região Nordeste e maior predominância desta desigualdade entre as mulheres negras e pardas; apontam uma maior participação das mulheres em trabalhos em tempo parcial, devido a necessidade de conciliar o trabalho remunerado com os afazeres domésticos; no âmbito da violência, é pequena ainda a porcentagem de delegacias especializadas para atender as vítimas.

Desta forma, em um quadro de desigualdades que se agravam paulatinamente, torna-se preponderante compreender como as atuais mudanças no arcabouço jurídico trabalhista no Brasil têm contribuído para aprofundar os impactos sociais sofridos pelas mulheres no mundo do trabalho.

2.2. Reforma Trabalhista e as Mulheres

Com as transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas, as mulheres passaram a ocupar cada vez mais espaço no mercado de trabalho, construindo ao logo desses anos várias histórias de luta pelo fim da discriminação entre os gêneros, tentando garantir com isso direitos iguais tanto nas oportunidades e nas condições de trabalho, quanto na remuneração. Estatisticamente, apesar de ainda existir muito a ser feito, essa diferença veio diminuindo ao longo do tempo, enquanto aumentou cada vez mais o espaço das mulheres no mundo do trabalho.

Recentemente, o governo de Michel Temer trouxe diversas reformas com o pretexto de enfrentar a crise econômica vivida pelo país, e dentre essas reformas está a reforma trabalhista, que, como veremos a seguir, faz retroceder de forma significativa os diversos avanços que haviam sido conquistados pelas mulheres, ao retirar direitos conquistados e aprofundar uma situação de maior vulnerabilidade na relação empregador e empregado.

Nesse aspecto, este artigo analisa algumas dessas alterações e compreender quais serão os desdobramentos dessas mudanças para as mulheres.

2.2.1. O Contexto e um Breve Relato Sobre a Reforma Trabalhista

No final de 2016 o governo de Michel Temer encaminha a proposta da reforma trabalhista por meio do Projeto de Lei nº 6.787/2016, em abril do ano seguinte ela é alterada e aprovada com poucas modificações pelo plenário da Câmara e pelo Senado Federal, dando origem então a Lei nº 13.467/2017, que se configurou na maior modificação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde a sua criação em 1943.

Cabe ressaltar que este não é um debate novo, Teixeira et al. (2017) afirma se tratar apenas de uma retomada das discussões ocorridas em 1990 quando diversas medidas atuais foram introduzidas na agenda governamental que não resolveram o problema econômico na época, tendo este problema amenizado somente nos anos 2000 com a participação das instituições públicas e da política do salário mínimo. Krein et al. (2018) corrobora com a reflexão feita por Teixeira et al. (2017), quando afirma que o início dessa discussão da reforma se deu em 1990 tendo expressões mais pontuais somente em 2000. Em 1990 houve um aprofundamento da flexibilização do trabalho gerando alta rotatividade e informalidade, na década seguinte se valorizou a política do salário mínimo, trazendo consigo queda do desemprego, melhora nos rendimentos e maior formalização dos vínculos empregatícios. A análise feita por estes autores só reforça o pensamento de que os argumentos trazidos para justificar as medidas neoliberais da reforma trabalhista são frágeis e não se sustentam historicamente.

Teixeira et al. (2017) trazem algumas reflexões sobre o contexto em que se deu essa reforma trabalhista, e mostram como a forte crise econômica e política é ponto de partida para a retomada da discussão da reforma na agenda nacional, trazendo consigo diversas outras reformas neoliberais, que possuem como intuito reduzir custos, ampliar a terceirização e criar um ambiente favorável ao capital produtivo e ao rentismo.

Outra justificativa trazida por quem defende a reforma, segundo os autores, é a necessidade da modernização das relações de trabalho, uma vez que o contexto do país fora alterado após 74 anos de CLT, com mudanças nas condições econômicas e políticas, engessando o mercado de trabalho e limitando a livre contratação de trabalhadores. Alegam ainda que a liberdade de escolhas individuais devem ser asseguradas, sem haver a ingerência estatal, que deveria perder sua rigidez excessiva para se tornar mais ágil e flexível, valorizando a negociação entre trabalhadores e empregadores, priorizando nessa relação o negociado sobre o legislado. Neste momento quem defende a reforma trabalhista, faz supor que essa relação de trabalho se dá entre “iguais”, entretanto sabemos que isso não é verdade e que a falta desta proteção irá expor os trabalhadores a uma série de riscos e inseguranças.

Ainda de acordo com Teixeira et al. (2017), essa autonomia garantida com o fim da tutela pelo Estado é uma forma de assegurar “segurança jurídica”, impedindo a ingerência dos tribunais e coibindo o ativismo judicial, pois o excesso de leis inviabilizam as negociações coletivas que depois podem ser desfeitas na Justiça, inibindo assim a contratação de trabalhadores e fortalecendo as contratações informais. Entretanto, os autores nos trazem uma outra interpretação do real objetivo desta proposta: “O objetivo da reforma é eliminar os entraves que a regulação pública do trabalho coloca à exploração capitalista, o que acarretará a expansão da precarização, o aumento da vulnerabilidade, da insegurança, da desproteção” (2017, p. 44).

Dentro desta mesma perspectiva, Krein e Gimenez (2018) fazem uma análise desses impactos trazendo o quanto essa reforma modifica os elementos centrais das relações de emprego, quando ela amplia o poder e a liberdade do capital para determinar as condições de contratação, deixando o trabalhador em uma condição vulnerável.

Assim, para os autores "a viabilização desse novo padrão requer fragilizar, não somente os direitos inscritos no arcabouço legal institucional, bem como esvaziar as instituições públicas responsáveis em assegurar a efetivação dos direitos" (2018, p.15).

E foi com essas e tantas outras argumentações que a reforma trabalhista trouxe em seu arcabouço várias alterações significativas, como formas de contratação mais precárias e atípicas, flexibilização da jornada de trabalho, rebaixamento da remuneração, alteração das normas de saúde e segurança do trabalho, fragilização sindical e mudanças na negociação coletiva, limitação do acesso à Justiça do Trabalho e limitação do poder da justiça do Trabalho. Uma das classes mais prejudicadas neste processo de alteração da CLT foram as mulheres, que são o segmento mais vulnerável no mercado de trabalho e acabaram por ter sua atuação ainda mais prejudicada no aspecto social e humano do trabalho.

2.2.2. Os Desdobramentos da Reforma Trabalhista Sobre as Mulheres

Com as alterações trazidas pela Reforma Trabalhista e pela lei que rege o trabalho temporário e a prestação de serviços, a situação da mulher se tornou mais frágil e precarizada no ambiente laboral, o que reflete em seu ambiente doméstico, como veremos a seguir.

Teixeira (2017) aponta em seu artigo todos os itens dessas reformas que atingem diretamente as mulheres, analisando diversos aspectos dessas novas modalidades de contratação, em especial a questão do contrato intermitente, que permite a flexibilização da mão de obra com a prestação de serviço de forma descontínua, podendo alterar dia e hora, com pagamento proporcional ao número de horas trabalhadas. Esta proposta surge com o pretexto de que a presente flexibilização irá gerar novos empregos e que irá aumentar as oportunidades para quem está entrando no mercado de trabalho. Entretanto nesse tipo de ocupação as mulheres representam a maioria e isso existe principalmente entre as trabalhadoras domésticas. Cabe ressaltar ainda que a autora faz essa análise sobre a jornada de trabalho flexível durante várias partes do texto, e não somente no contrato intermitente, demonstrando sempre o impacto sobre as mulheres que são sempre as mais afetadas, tendo em vista que o papel social que essas exercem na sociedade.

A crise no mercado de trabalho atinge de forma desigual diferentes grupos sociais, fato que pode ser comprovado através dos índices da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), nos quais no último trimestre de 2017 a taxa de desocupação das mulheres é maior com índice de 50,6%.

Sendo assim, Teixeira (2017) conclui que essa forma de contratação irá afetar não somente a perspectiva de aposentadoria, por conta da instabilidade das horas trabalhadas e consecutivamente da remuneração, mas também irá acarretar em uma desorganização na vida cotidiana e familiar dessas mulheres que serão impactadas com a instabilidade financeira para sustento de sua família e com a dificuldade de conciliar seus horários de trabalho com os cuidados com os filhos, levando em consideração o horário de funcionamento de creches e escolas que se dão em horário comercial. Seguindo ainda esta análise dos impactos sobre as mulheres, Teixeira (2017) passa a tratar do contrato em tempo parcial, o qual a atual reforma aumentou a jornada parcial de 25 horas para 26 a 30 horas semanais, permitindo a contratação inferior

a 26 horas, com pagamento salarial proporcional e a permissão de até 6 horas extras para jornadas de 26 horas e do contrato temporário que foi estendido para 270 dias podendo ser adotado em qualquer circunstância, sendo eliminado o dispositivo que assegurava diversos benefícios.

Quanto ao contrato em tempo parcial, segundo dados da Agência de Notícias do IBGE, atualizado em oito de junho de 2018, a proporção de trabalhadores em ocupações por tempo parcial (até 30 horas semanais) é maior entre as mulheres (28,2%) do que entre os homens (14,1%), o que pode estar diretamente relacionado à predominância feminina nos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, aos quais as mulheres trabalhadoras dedicavam 73% mais horas do que os homens.

No que se refere ao contrato temporário, além da perda de direitos como férias, estabilidade temporária, aviso prévio, multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro desemprego, o que impacta diretamente as mulheres é a falta de estabilidade provisória para grávidas. É importante salientar que, no que se refere especificamente a instabilidade para mulheres grávidas, a recolocação dessas mulheres no mercado será prejudicada, causando assim um impacto social relevante.

Continuando a análise feita pela autora sobres os aspectos da reforma trabalhista sobre as mulheres, a mesma aponta os vários fatores que passam a gerar um maior controle sobre os tempos do trabalho, e neste aspecto ressalta-se que as mulheres serão as mais afetadas com esta exigência trazida pela flexibilização de uma disponibilidade praticamente em tempo integral, dificultando essas mulheres no controle sobre o seu tempo de trabalho e de organização da família. Ainda neste sentido, temos a questão do teletrabalho que é visto muitas vezes como uma saída para esse conflito no controle sobre o tempo do trabalho, o que é desmistificado pela autora quando ela ressalta essa falsa ideia de conciliar o trabalho no domicílio com outras tarefas domésticas: “O trabalho remoto faz parte da racionalidade econômica e, por meio dele, as empresas poderão exigir resultados, submetendo as pessoas a jornadas diárias excessivas, pois já não estarão mais limitadas a uma jornada regular diária.” (TEIXEIRA 2017, p.248) Krein et al. (2018) também traz a questão do teletrabalho como um trabalho predominantemente feminino: “Por um lado, são assalariados, especialmente do setor administrativo, que cumprem parte de sua jornada em casa, são trabalhos marcadamente femininos que reforçam a divisão sexual do trabalho, aproximando os trabalhos em domicílio das atividades profissionais.” (KREIN et al. 2018, p.115).

O teletrabalho representa uma nova forma de precarização do trabalho, disfarçado como uma nova modalidade de trabalho que acarreta uma sobrecarga e um acúmulo de tarefas ainda maior para as mulheres, que nessa condição precisam conciliar a jornada do teletrabalho com os cuidados com os filhos e com a casa, o que irá acarretar uma desorganização do trabalho e da família afetando a saúde emocional dessas trabalhadoras.

Por fim, Teixeira (2017) trata sobre a permissão para gestantes ou lactantes trabalharem em local insalubre, desde que autorizado pelo profissional da saúde, e o acordo quanto aos horários de descanso.

Quanto a permanência das mulheres gestantes em local insalubre, a justificativa dos defensores da reforma trabalhista é que isso acarretará na redução salarial das mesmas que já recebiam o referido adicional por insalubridade previsto na legislação, desprezando os impactos que esta medida representa a trabalhadora e a criança, priorizando apenas o aspecto financeiro.

No que se refere ao horário de descanso, defende-se o livre acordo entre as partes sobre esses horários, o que no caso específico das mulheres lactantes, que possuem dois intervalos de 30 minutos garantidos durante a jornada de trabalho para a amamentação até os seis meses da criança, também é tratado dentro desta livre negociação. Porém, a distância que existe na maioria das vezes entre a residência e o trabalho desta trabalhadora, leva a mesma a utilizar esse intervalo de forma agrupada em uma única vez ao final ou início da jornada. Nessa relação, que já sabemos ser desigual, entre empregador e empregados, esses acordos irão levar essas trabalhadoras a ceder às pressões por acordos que atendam a necessidade das empresas levando-as inclusive a trabalhar em local insalubre para preservarem o seu emprego.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que, após inúmeras mulheres terem perdido suas vidas na busca pela igualdade, a atual reforma retrocede nos direitos trabalhistas atingindo principalmente as mulheres trabalhadoras que voltam neste cenário a serem submissas aos seus empregadores, as colocando em situação de inferioridade perante o mercado de trabalho.

Essa pauta precisa ser incluída em todas as reivindicações de movimentos sociais e sindicais, juntamente com as demais pautas pretendidas pela sociedade para a defesa da igualdade em todos os seus aspectos e pela garantia constitucional da dignidade de todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país.

REFERÊNCIAS

TEIXEIRA, M. O. et al. (Orgs.) Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista – Dossiê. Campinas, SP: UNICAMP/IE/CESIT, 2017.

TEIXEIRA, M. O. A reforma trabalhista e as mulheres. In: TEIXEIRA, M. O. et al.
(Orgs.) Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista – Dossiê. Campinas, SP: UNICAMP/IE/CESIT, 2017.

_____. Mundo do trabalho: três anos de perdas e retrocessos para as mulheres. Disponível em: https://www.vermelho.org.br/noticia/308565-1. Acesso em: 05 mai 2018.

KREIN, J. D. e GIMENEZ, D. M. Apresentação. In: KREIN, J. D., GIMENEZ, D. M. e SANTOS, A. L. (Orgs.) Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil. Campinas, SP: CURT NIMUENDAJÚ/CESIT, 2018.

KREIN, J. D. et al. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, J. D., GIMENEZ, D. M. e SANTOS, A. L. (Orgs.) Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil. Campinas, SP: CURT NIMUENDAJÚ/CESIT, 2018.

IBGE. PNAD, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticasnovoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadoressociais.html?=&t=publicacoes. Acesso em: 15 jun 2018.

Agência de Notícias IBGE. Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afetainsercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho.html. Acesso em: 24 jul 2018.

Agência de Notícias IBGE. No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobretrabalho-mostram-desigualdade.html. Acesso em: 24 jul 2018.



ACIONAMENTO DO CIRCUIT BREAKER NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS
DRIVING THE CIRCUIT BREAKER IN THE NEW CORONAVIRUS

Regina dos Santos Almeida
Mestre em Ciências Contábeis e Professora no Instituto Federal de São Paulo- IFSP
DOI: 10.5281/zenodo.4412018

Resumo: A abordagem teórica trata dos principais conceitos de mercado financeiro e de capitais. Com a Pandemia da Covid-19 surgem maiores incertezas, inseguranças e preocupações no mercado Financeiro. A bolsa de valores funciona como um ponto de encontro entre os investidores que querem vender e os que pretendem comprar os ativos financeiros, onde negociam valores mobiliários como ações, títulos públicos e commodities. Este estudo tem como objetivo verificar como os fatores externos afetaram a bolsa de valores Brasileira em 2020. E como se deu o acionamento do mecanismo do Circuit Break. Empregou-se, como método de pesquisa, a revisão de bibliografia, utilizando-se de sítios especializados sobre o assunto. Os resultados indicam que o mecanismo do Circuit Break foi utilizado em março de 2020, no início da pandemia.

Palavras-chave: Bolsa de Valores, Circuit Break, Mercado de Capitais, Pandemia.

Abstract: The theoretical approach deals with the main concepts of the financial and capital markets. With Covid's Pandemic, there is greater uncertainty, insecurities and concerns in the Financial market. The stock exchange acts as a meeting point between investors who want to sell and those who intend to buy financial assets, where they trade securities such as stocks, government bonds and commodities. This work aims to verify how external factors have affected the stock exchange of Brazilian values in 2020. And how the Circuit Breaker mechanism was activated. The bibliography review and specialized website on the subject was used as a research method. The results indicate that the Circuit Break mechanism was used in March 2020, at the beginning of the pandemic.

Keywords: Pandemic, Capital Markets, Stock Exchange, Circuit Break;

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 chegou e trouxe com ele um novo cenário mundial que despertou medo e insegurança, por conta da Pandemia da COVID-19 que é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Os cuidados com a saúde nunca foram tão necessários e agora a adaptação a um novo estilo de vida faz parte do dia a dia. A pandemia fez com que grandes economias despencassem e a bolsa de valores sofreu uma queda drástica como poucas vezes se viu neste milênio.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendi-

mento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

Com mais de dois milhões de casos de Covid-19 no mundo, países tiveram que impor regras sociais no combate à doença. A maioria teve que criar uma rotina diferente e se adaptar a uma nova realidade. O sentimento geral entre os europeus é de medo. Algumas pessoas mais velhas que viveram durante a Segunda Guerra na Europa dizem que nunca viram uma situação parecida (PORTES, 2020).

Mergulhando no cotidiano americano a realidade são: prateleiras de supermercado vazias, aulas suspensas, "racionamento" de máscaras cirúrgicas em hospitais, trabalho remoto e viagens canceladas (ORAZEM, 2020).

O Coronavírus provocou um forte abalo na Bolsa de Valores em março, deixando um rastro de destruição. A pandemia inaugurou um cenário instável em que é muito difícil decidir o que fazer com seu dinheiro, uma vez que, as coisas mudam rapidamente.

A bolsa de valores funciona como um mercado organizado para a negociação dos ativos financeiros. O mais popular ativo é a ação (uma pequena parte de uma empresa). Ou seja, ao comprar a ação, você se torna um acionista, um pequeno sócio do negócio (O QUE..., 2018).

Nesse contexto, o problema desta pesquisa pode ser formulado pela seguinte questão: Em março de 2020, com a declaração da Organização Mundial de Saúde anunciando uma Pandemia Mundial, como a Bolsa de Valores no Brasil reagiu a essa notícia e que mecanismo utilizou para proteger a oscilação excessiva do mercado financeiro?

O objetivo geral do artigo é verificar quais foram os principais acontecimentos que afetaram a bolsa de valores Brasileira em 2020.

Esta pesquisa envolve um levantamento bibliográfico, utilizando diversos livros e pesquisas em vários sites da Internet, que fundamentam a classificação a ser utilizada no estudo. Esse procedimento é uma estratégia necessária para a condução de qualquer pesquisa científica (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Pandemia do Corona Vírus e os efeitos no Mercado

Segundo a Organização Mundial de Saúde, pandemia é o termo usado para designar uma doença disseminada mundialmente por meio de uma transmissão sustentada de pessoa para pessoa nos mais diversos continentes.

Com a Pandemia da Covid surgiram maiores incertezas, inseguranças e preocupações no mercado Financeiro. O desempenho das ações no Brasil em algumas empresas e segmentos despencaram, por exemplo, a AZUL, CVC Brasil e GOL. Enquanto empresas como a NETFLIX na China subiram devido à expectativa de que os chineses ficarão mais em casa para assistir a filmes e, com isso, um maior número de subscrição são esperadas pelo mercado. É o que explica Bruno Panerai, especialista em Investimentos (PANERAI, 2020).

Sobre essa situação, o referido especialista em investimentos ressalta ainda que "em situações específicas que abalam economias, o mercado tende a reduzir a exposição a cenários de maior risco e isto leva com que mais investidores vendam suas posições meramente pela desvalorização momentânea" (PANERAI, 2020).

Figura 1 - As ações com desvalorização superior a 50% no ano

As ações com desvalorização superior a 50% no ano

Empresa	Variação desde janeiro
IRB Brasil (IRBR3)	-77,02%
Azul (AZUL4)	-62,17%
Embraer (EMBR3)	-58,13%
Hering (HGTX3)	-54,76%

Fonte: (APUD, 2020 p.4)

2.2 Mercado Primário e Secundário de ações

O momento da negociação do título no mercado envolve o mercado primário e o mercado secundário, cujas características são apresentadas a seguir:

2.2.1 Mercado Primário

Neste mercado ocorre a canalização direta dos recursos monetários superavitários, disponíveis aos poupadores, para o financiamento das empresas, por meio da colocação (venda) inicial das ações emitidas. É nesse setor do mercado que as empresas buscam, mais efetivamente, os recursos próprios necessários para a consecução de seu crescimento, promovendo, a partir do lançamento de ações, a implementação de projetos de investimentos e o consequente incremento da riqueza nacional (ASSAF NETO, 2012).

2.2.2 Mercado Secundário

São estabelecidas as negociações entre os agentes econômicos das ações adquiridas entre os agentes econômicos das

ações adquiridas no mercado primário. Os valores monetários das negociações realizadas nesse mercado não são transferidos para o financiamento das empresas, sendo identificados como simples transferências entre os investidores. A função essencial do mercado secundário é dar liquidez ao mercado primário, viabilizando o lançamento de ativos financeiros (ASSAF NETO, 2012).

2.3 Mercado Financeiro e de Capitais: Conceitos

Segundo Ribeiro (2017, p.82), "o mercado financeiro é uma entidade que norteia a economia, e que reúne vários stakeholders que se preocupam em captar ou ceder recursos financeiros por motivos e para fins diversos". Ribeiro (2017) explica que o mercado financeiro cria condições de liquidez no mercado, na medida que possibilita a negociação entre grupos de stakeholders que possuem recursos financeiros para investir e grupos que precisam captar recursos.

Existe de um lado um grupo de poupadores, cuja renda lhes admite atender suas necessidades de consumo imediato e, ainda, economizar parte para aplicar no mercado. Existem também aqueles que necessitam de recursos adicionais para fazer frente a suas necessidades imediatas, sejam elas para consumo ou para investimentos (Santos & Santos, 2005). E há um terceiro grupo de stakeholders: os intermediários, ou seja, instituições responsáveis por criar o mercado, isto é, agrupar os vários tomadores e investidores e propiciar a realização de negócios, pelos quais auferem uma comissão (Santos & Santos, 2005) (RIBEIRO, 2017, p.82).

O Mercado de Capitais assume papel dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico. É o grande municiador de recursos permanentes para a economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, ou seja, os investidores, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam déficit de investimento (ASSAF NETO, 2012).

O Mercado de Capitais está estruturado de forma a suprir as necessidades de investimentos dos agentes econômicos, por meio de diversas modalidades de financiamentos a médio e longo prazos para capital de giro e capital fixo. É constituído pelas instituições financeiras não bancárias, instituições componentes do sistema de poupança e empréstimo (SBPE) e outras diversas instituições auxiliares (ASSAF NETO, 2012).

2.4 Principais Papéis negociados no Mercado de Capitais

2.4.1 Ações

As ações constituem a menor parcela (fração) do capital social de uma sociedade anônima. São valores caracteristicamente negociáveis e distribuídos aos subscritores (acionistas) de acordo com a participação monetária efetivada (ASSAF NETO, 2012).

As ações podem ser emitidas sob a forma física de cautelas ou certificados, que comprovam a existência e a posse de certa

quantidade especificada de ações, ou do tipo escritural, que dispensa sua emissão física, mantendo o controle das ações em contas de depósitos em nome de seus titulares em uma instituição depositária (ASSAF NETO, 2012).

Uma ação não tem prazo de resgate, sendo convertida em dinheiro a qualquer momento mediante negociação no mercado. O investidor pode, sempre que desejar, alterar sua participação acionária, desfazendo-se de títulos possuídos ou mesmo vendendo as ações de uma empresa e adquirindo de outras (ASSAF NETO, 2012).
As sociedades anônimas emitentes de ações podem ser de dois tipos: aberta ou fechada. Uma companhia é aberta quando tem suas ações distribuídas entre um número mínimo de acionistas, podendo ser negociadas em Bolsas de Valores. Essas sociedades devem ser registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como de capital aberto e fornecem ao mercado, de forma periódica, uma série de informações de caráter econômico, social e financeiro. As companhias de capital fechado, por seu lado, são tipicamente empresas familiares, com circulação de suas ações restrita a um grupo identificado de investidores (ASSAF NETO, 2012).

2.4.2 Classificação das ações

As ações podem ser classificadas, de acordo com a natureza dos direitos e vantagens que conferem a seus titulares, em três espécies: ordinárias, preferenciais e de fruição ou gozo (ASSAF NETO, 2012).

As ações ordinárias apresentam como principal característica o direito de voto, podendo, assim, essa espécie de acionista influir nas diversas decisões de uma empresa (ASSAF NETO, 2012).

As ações preferenciais apresentam as seguintes preferências ou vantagens:

a) preferência no recebimento de dividendos, devendo isso ocorrer antes dos acionistas ordinários, ficando eles na dependência de saldo;

b) vantagem no recebimento dos dividendos, com a fixação de um dividendo mínimo obrigatório ou fixo (caso bastante raro nas empresas brasileiras);

c) preferência no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade;

d) acumulação das vantagens e preferências enumeradas (Neto, Assaf, 2012).

A ação de fruição, pouco comum na prática do mercado, é aquela distribuída ao acionista quando sua ação, ordinária ou preferencial, é amortizada, ou seja, quando a sociedade distribui aos acionistas importâncias que eles teriam direito a receber na sua liquidação, o que somente pode ocorrer à conta de lucros ou reservas disponíveis, portanto, sem redução do capital social. (artigo 44, caput e § 2º) (EIZIRIK, 2015, p.167).

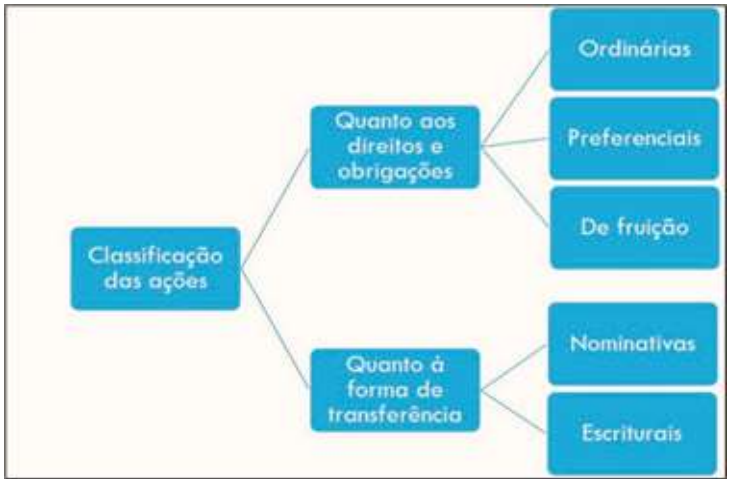
As ações podem ser classificadas quanto à forma de transferência, em dois tipos: nominativas e escriturais. As ações nominativas são caracterizadas por serem transferidas mediante registro efetivado em livro específico e escriturado pela sociedade anônima com esse fim (livro Registro de ações nominativas, conforme art. 31 da LSA).

Destarte, esse registro no livro, portanto, é condição essencial para que se valide a transferência da titularidade da ação. A transferência de uma ação nominativa, portanto, é ato formal que requer solenidade, consistente no comparecimento do vendedor e do comprador – ou de seus representantes – à companhia para assinatura do livro de "transferência das ações nominativas" (art. 31, § 1.º, da LSA).

O estatuto da companhia pode autorizar ou estabelecer que todas as ações da companhia, ou uma ou mais classes delas, sejam mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na instituição que designar, sem emissão de certificados (BRASIL,1976, Art. 34).

As ações escriturais, portanto, são mantidas em contas de depósito junto a instituições financeiras designadas pela própria companhia, devendo estas instituições possuir autorização da CVM para prestar esse tipo de serviço (art. 34, § 2.º, da LSA). A titularidade das ações escriturais, é comprovada pela simples exibição do extrato da conta de depósito de ações que a instituição financeira fornece ao seu dono: (i) quando o acionista requerer, (ii) todo mês em que houver movimentação ou (iii) pelo menos uma vez ao ano (art. 35, § 2.º, da LSA). A figura 2 demonstra a classificação das ações.

Figura 2 - Classificação das ações



Fonte: Elaboração Própria

2.4.3 Vantagens das ações

2.4.3.1 Dividendos

Em estudo sobre as metodologias aplicadas em artigos de finanças sobre dividendos, Diehl et al. (2010) explicam que Poli e Procianoy (1993) sustentam que a política de dividendos é a decisão, por parte da gestão da empresa, entre a distribuição e/ou a retenção dos lucros, bem como as razões que levaram a esta retenção. Se for levar em conta apenas os fatores segurança e risco, o gestor favorece a manutenção da posição de caixa. Segundo a teoria financeira, contudo, como o objetivo principal deve ser a maximização da riqueza dos acionistas, o gestor terá que designar, por meio da política de dividendos,

a melhor combinação a distribuição e a retenção de lucros (DIEHL et al., 2010, p.3).

Conforme Procianoy (2006), dois estudos são tomados como a referência clássica para abordagem desse tema: o de Miller e Modigliani (1961), que destacam a irrelevância total, sob certas circunstâncias, no preço das ações independentemente do montante pago ou não sob a forma de dividendos; outro é o de Gordon (1963), que propõe que o preço das ações reflita o valor presente dos fluxos futuros de dividendos pagos pelas empresas .Sanvicente (1983) cita Miller e Modigliani (1961) que afirmam que os dividendos têm um possível conteúdo informacional. Além disso, a discussão pressupõe que o comportamento da política de dividendos da empresa estudada reflete a preferência, por parte dos administradores, em manter estável a série temporal da variável dividendo por ação (DIEHL et al., 2010, p.3).

2.4.3.2 Bonificações

A bonificação é um direito do acionista em receber ações, proporcionais aos títulos possuídos, em decorrência do aumento de capital de uma empresa mediante incorporação de capital de uma empresa mediante incorporação de reservas (ASSAF NETO, 2012).

2.4.3.3 O direito de Subscrição

A subscrição é o direito de todos os acionistas em adquirir novas ações emitidas por uma companhia. Por meio da elevação de seu capital social, a sociedade emite e oferece para subscrição novas ações aos investidores, comprometendo-se a dar preferência de compra aos atuais acionistas por certo período e preço estabelecido (ASSAF NETO, 2012).

2.4.3.4 Descrição de ações underwriting

Subscrever ações primeiro, isto ocorre se trabalhado no mercado primário de ações. Ou seja, é a primeira vez que vai ser lançado ações de uma empresa e a descrição funciona como aspecto de subscrição de Capital, por exemplo, a empresa é de Capital fechado, e ela quer abrir o seu capital e lançar ações no mercado, e pediu autorização para CVM, sendo autorizada a aumentar o seu capital negociando ações no mercado (MARSH, apud. BRAGA, 2019, p.26).

2.4.4 Operações realizadas com ações

2.4.4.1 Desdobramento de Ações - Split

O Split, por seu lado, é a emissão de novas ações em razão da representação do capital social em um número maior de ações. Nessa operação, a cada ação antiga é desdobrada em uma ou mais ações novas, sem apresentar nenhuma interferência no capital social da companhia (ASSAF NETO, 2012).

O objetivo principal de uma sociedade em efetuar um Split de suas ações é dar maior liquidez a seus papéis, aproximando do seu valor de mercado à cotação média da bolsa (ASSAF NETO, 2012).

Acontece quando as cotações estão muito elevadas, o que dificulta a entrada de novos investidores no mercado.Imagine que uma ação é cotada ao valor de R$150, com lote padrão de 100 ações. Para comprar um lote dessas ações o inves-

tidor teria que desembolsar R$15.000, que é uma quantia considerável para a maior parte dos investidores pessoa física. Desdobrando suas ações na razão de 1 para 3, cada ação dessa empresa seria multiplicada por 3. Assim, quem possuísse 100 ações, passaria a possuir 300 ações. O valor da cotação seria dividido por 3, ou seja, passaria de R$150 para R$50. Na prática, o desdobramento de ações não altera de forma alguma o valor do investimento ou o valor da empresa, é apenas uma operação de multiplicação de ações e divisão dos preços para aumentar a liquidez das ações.

Agora, depois do desdobramento, o investidor que quisesse adquirir um lote de ações da empresa, gastaria apenas R$5000. Note que o investidor que possuía 100 ações cotadas a R$150 com um valor total de R$15.000, ainda possui os mesmos R$15.000, só que agora distribuídos em 300 ações cotadas a R$50.

Com as ações mais baratas, mais investidores se interessam em comprá-las. Isso pode fazer com que as cotações subam no curto prazo, devido à maior entrada de investidores no mercado, porém, não há como prever se isso irá ou não acontecer. A companhia também pode utilizar os desdobramentos como parte de sua estratégia de governança corporativa, para mostrar atenção e facilitar a entrada de novos acionistas minoritários.

2.4.4.2 Grupamento de ações – Inplit

O grupamento de ações (inplit) constitui-se no caminho inverso que as ações ao desdobramento, o grupamento serve para melhorar a liquidez e os preços das ações quando estas estão cotadas a preços muito baixos no mercado.
Imagine uma empresa com ações cotadas na bolsa a R$10, com lote padrão de 100 ações. A empresa julga, baseada em seu histórico e seu posicionamento estratégico, que suas ações estão cotadas por um valor muito baixo no mercado, e aprova em assembleia geral, que fará um grupamento na razão de 5 para 1. Ou seja, cada cinco ações passarão a ser apenas uma ação e os preços serão multiplicados por 5.

Antes do grupamento, o investidor que possuísse 100 ações cotadas a R$10 teria o valor total de R$1000. Após o grupamento, o mesmo investidor passaria a ter 20 ações (100/5) cotadas a R$50, ou seja, continuaria possuindo os mesmos R$1000 investidos. O grupamento, assim como o desdobramento, não altera em absolutamente nada o valor do investimento. Um dos objetivos do grupamento de ações é tentar diminuir a volatilidade dos ativos. R$1,00 de variação em um ativo cotado a R$10,00, significa 10% de variação. Já num ativo cotado a R$50,00, representa apenas 2%. É importante ressaltar que nada garante se isso irá ou não acontecer.

Outro objetivo do grupamento pode estar atrelado ao planejamento estratégico da companhia e à suas práticas de governança corporativa. As cotações de suas ações podem estar intimamente ligadas à percepção de valor da empresa por parte dos investidores.

2.4.5 Ações “com” e ações “ex”

As chamadas ações “Ex” (vazias) são aquelas cujos direitos a proventos (dividendos, bonificações) já foram exercidos pelos seus titulares. Essas ações são negociadas em pregão de Bolsa de Valores sem proventos a receber.

As ações “Com” (cheias) concedem aos seus titulares o direito aos proventos distribuídos pela empresa emitente, conforme autorização da assembleia da sociedade. Após ser concedida essa autorização, as ações passam a ser negociadas no mercado na forma “Ex” direito (ASSAF NETO, 2012).

2.4.6 Especulação

De acordo com Lagioia (2009, p. 78), “a especulação consiste em comprar e vender ações para ganhar com a diferença obtida, quase sempre, em operações de curto prazo”. Exemplificando:

Alguém que especula na posição comprada, espera que o ativo se valorize. E oposto ocorre em uma posição vendida. Neste caso, lucra-se com a desvalorização deste ativo. No caso de ações, pode-se comprar uma ação com a esperança de vendê-la mais cara alguns dias depois.

2.5 Opções sobre ações

As opções sobre ações representam um direito de compra (ou venda) de ações a um preço previamente fixado e válido por um determinado período. As opções são negociadas em Bolsas de Valores por meio do pagamento de um prêmio, e o resultado da operação é calculado pela diferença entre o preço de mercado na data da realização da opção (compra ou venda) e o valor pago pelo prêmio (ASSAF NETO, 2012).

2.6 Depositary Receipts

As empresas Brasileiras podem captar recursos no mercado internacional mediante o lançamento de recibos de depósitos lastreados em ações ordinária. São denominados de DRs – Depositary Receipts, conhecidos também por ADR, quando lançados no mercado dos Estados Unidos, e por IDR ou GDR, quando negociados em outros países (ASSAF NETO, 2012).

Em essência, os DRs são títulos negociáveis no mercado e lastreados na existência de ações de uma sociedade instalada em outro país. O recibo pode ser trocado a qualquer momento pelas ações custodiadas no banco depositário. A emissão de DR traz diversos benefícios às empresas, citando-se principalmente a possibilidade de a sociedade ter suas ações conhecidas e negociadas em outro país. Para os investidores, esse papel é uma oportunidade de adquirir ações de empresas estrangeiras, ajustadas a certas garantias do mercado de negociação (Neto, Assaf, 2012).

As empresas Listadas em Bolsas internacionais ganham maior visibilidade no mercado, reconhecendo todos os benefícios que poderão daí surgir (ASSAF NETO, 2012).

As empresas brasileiras, para serem listadas na bolsa de valores dos EUA, devem passar pelas rígidas regras do mercado de capitais americano, demonstrando bons fundamentos de desempenho econômico e financeiro, maior transparência das informações e respeito amplo aos direitos dos acionistas (ASSAF NETO, 2012).

Os ADRs negociados nas bolsas de valores norte-americanas apresentam três categorias, definidas pela forma como o

recibo é negociado (ASSAF NETO, 2012):

Nível I – Mercado de Balcão – são ADRs emitidos com base em ações existentes e negociadas no mercado doméstico, as quais se encontram depositadas no banco custodiantes. Estes recibos são negociados no mercado de Balcão.

Nível II – Registro em Bolsas – não há, também captação de novos recursos pela Companhia, somente pelo Banco depositário. São negociados em Bolsas de valores de âmbito nacional ou por meio de um sistema informatizado de cotações de preços para títulos negociados (Nasdaq).

Nível III – Oferta Pública – neste nível os ADRS são negociados em bolsas de valores ou na Nasdaq como consequência de uma efetiva subscrição pública, no mercado dos EUA, de novas ações. No nível III há a oferta pública de ações pela empresa emitente, existindo, portanto, a captação de novos recursos.

Os ADRs oferecem ainda aos investidores as vantagens dos mecanismos de flow-back e inflow (ASSAF NETO, 2012). Através do flow – back o investidor pode converter seus ADRs adquiridos em ações correspondentes e negociar esses valores no mercado acionário nacional (ASSAF NETO, 2012).

O mecanismo do inflow permite, por seu lado, que o investidor adquira no mercado nacional ações de uma companhia de uma companhia que tenha lançado um programa de ADR, e com esses papéis obtenha junto ao Banco custodiante os correspondentes ADRs emitidos no exterior através do Banco Emissor ((ASSAF NETO, 2012).

2.7 Brazilian Depositary Receipts

Os BDRS – Brazilian Depositary Receipts constituem-se em recibos de depósitos representativos de valores mobiliários emitidos por companhias abertas, sediadas no exterior, e negociados no Brasil (ASSAF NETO, 2012).
Esse papel apresenta-se como uma alternativa para aplicações em ações e debêntures (e assemelhados) no exterior, disponível aos investidores Brasileiros. Ao aplicar parte de seus recursos em BDR, o investidor pode diversificar sua carteira de ativos, mesclando ações de companhias brasileiras com ações de companhias estrangeiras (ASSAF NETO, 2012).

2.8 Debêntures

Debêntures são títulos de longo prazo emitidos por companhias de capital aberto e destinados, geralmente, aos financiamentos de projetos de investimentos (fixos e giro) ou para alongamento do perfil de endividamento das empresas (ASSAF NETO, 2012).

2.9 Letras de Câmbio

As letras de câmbio são emitidas (sacadas) pelos financiadores dos contratos de crédito, sendo aceitas pelas instituições financeiras participantes da operação. Constituem-se dessa forma, no principal funding das operações de financiamento de bens duráveis (crédito direto ao consumidor) realizadas pelas Sociedades Financeiras (ASSAF NETO, 2012).

Assaf Neto (2012) explica que as pessoas Jurídicas envolvidas na emissão e negociação de Letra de Câmbio podem ser:
Sacador: Financiado, emitente do título ou de devedor. A letra de Câmbio origina-se de um financiamento de bens e serviços concedido por uma instituição financeira. É a parte que saca os recursos dando a ordem para pagar.
Sacado: Aceitante do título. Parte responsável pelo pagamento da Letra de Câmbio.
Tomador: Beneficiário da ordem de pagamento. Detentor da Letra de Câmbio.

2.10 Certificados/ recibos de depósitos bancários (CDB/RDB)

O certificado de depósito bancário (CDB) é uma obrigação de pagamento futura de um capital aplicado em depósito a prazo fixo em instituições financeiras (bancos comerciais ou múltiplos e bancos de investimentos e desenvolvimento). Esses recursos destinam-se, basicamente, ao financiamento de capital de giro das empresas. As emissões desses títulos são feitas em função do volume de crédito demandado pelas empresas (ASSAF NETO, 2012).
A diferença básica entre o certificado e o recibo de depósito bancário (RDB) é que o primeiro pode ser transferido por meio do endosso, sendo, portanto, negociável no mercado. Os RDB são obrigatoriamente nominativos e intransferíveis, determinando muitas vezes variações nas taxas de juros pagas aos aplicadores. (ASSAF NETO, 2012).

2.11 Caderneta de Poupança

A caderneta de Poupança é considerada a modalidade de Investimento mais tradicional do Brasil, classificada como conservadora por oferecer baixo risco e, também, menor retorno, principalmente se comparado com outros tipos de aplicações financeiras. Costuma atrair investidores de menor renda. (ASSAF NETO, 2012).
Os recursos aplicados na caderneta de poupança são remunerados mensalmente à taxa linear de 6% a.a. (0,5% a.m), mais a TR – Taxa referencial de Juros. Os rendimentos são creditados mensalmente na conta de poupança, na data de aniversário (abertura da caderneta) (ASSAF NETO, 2012).

2.12 Letras hipotecárias

As letras hipotecárias são títulos emitidos por instituições financeiras que atuam com crédito imobiliário. As normas atuais estabelecem que essas instituições têm como funding principal do crédito imobiliário a caderneta de poupança. (ASSAF NETO, 2012).

2.13 Letras Imobiliárias

As Letras Imobiliárias são títulos emitidos por instituições componentes do sistema habitacional, como Sociedades de Crédito Imobiliário e Caixa Econômica Federal. Essas Letras constituem-se em promessa de pagamento. Os recursos captados com a colocação desses papéis destinam-se ao financiamento de imóveis para construtores e adquirentes (ASSAF NETO, 2012).

A letra Imobiliária pode ser garantida pelo Governo Federal, quando emitida pela Caixa Econômica Federal, ou ainda ter preferência sobre os bens do ativo da sociedade emissora em relação a outros créditos contra a sociedade, quando emitida por Sociedades de Crédito Imobiliário (ASSAF NETO, 2012).

2.14 Warrants

Warrants é um título que atribui ao seu titular um direito de negociar (comprar ou vender) um ativo, por um prazo estabelecido e por um preço previamente fixado, conhecido por preço de exercício. Em geral, a maturidade dos warrants é de longo prazo (ASSAF NETO, 2012).

2.15 Título Conversível

Um título conversível diferencia-se de uma warrants pelo direito que concede a seu titular de trocar o ativo possuído por outro, e não o de comprar. No instrumento de compra de um título conversível consta explicitados todas as condições de conversibilidade do título adquirido em outro (ASSAF NETO, 2012).

2.16 Letra Financeira (LF)

As letras Financeiras foram regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional em 2010 (Resolução 3.836/10) para emissão pelas instituições financeiras. As LFs são títulos de renda fixa de longo prazo e têm por objetivo alongar o perfil de captação dos bancos, oferecendo maior possibilidade de ampliação do crédito na economia (ASSAF NETO, 2012).

3 PRINCIPAIS FINANCIAMENTOS NO MERCADO DE CAPITAIS

As principais modalidades de financiamento realizadas no mercado de capitais são:

3.1 Financiamento de Capital de Giro

O Financiamento de capital de giro, realizado por bancos comerciais/múltiplos e bancos de investimentos, visa suprir as necessidades de recursos do ativo circulante (capital de giro) das empresas. As operações são realizadas geralmente dentro de um prazo de resgate de 6 a 24 meses, e os pagamentos podem ser realizados de uma única vez (ao final do prazo) ou em prestações periódicas (mensais, trimestrais e outras.). As garantias exigidas são normalmente duplicatas, avais ou hipoteca de ativos reais (ASSAF NETO, 2012).

3.2 Operações de repasse

Essas operações constituem-se em empréstimos contratados por instituições financeiras do mercado de capitais e repassados a empresas carentes de recursos para investimentos de longo prazo. Os repasses podem ser internos e externos (ASSAF NETO, 2012).

3.3 Arrendamento Mercantil

A operação de arrendamento mercantil pode ser compreendida com uma forma especial de Financiamento. Basicamente, essa modalidade é praticada mediante a celebração de um contrato de arrendamento mercantil (arrendadora), visando à utilização, por parte do primeiro, de certo bem durante um prazo determinado, cujo pagamento é efetuado em forma de aluguel (arrendamento) (ASSAF NETO, 2012).

3.4 Oferta Pública de ações e debêntures

Caracteriza - se por uma operação típica das sociedades anônimas. A emissão e colocação de novas ações no mercado, que se apresenta como uma das formas mais vantajosas que essas empresas possuem de levantar recursos, devem obedecer a uma sistemática legal (ASSAF NETO, 2012).

3.5 Securitização de recebíveis

A securitização envolve a transformação de algum ativo a receber no futuro em uma security (título ou valor mobiliário), e respectiva negociação no mercado financeiro.

Uma importante característica observada na dinâmica do sistema financeiro nacional é o destacado crescimento das operações de captações financeiras por meio de títulos emitidos pelos próprios tomadores de recursos (ASSAF NETO, 2012).

3.6 Mercado de bônus (bonds)

O mercado Internacional de dívidas permite também o levantamento de recursos por meio da emissão de títulos pelos próprios tomadores. Nesse contexto, destacam-se duas importantes formas de captações das empresas processadas pela emissão de bônus e comercial papers e os bradies bonds representativos da dívida externa brasileira (ASSAF NETO, 2012).

3.7 Rating das dívidas e bônus de alto risco

As empresas têm sido comumente avaliadas com relação aos riscos de créditos de suas dívidas, num processo denominado rating. Existem no mercado diversas organizações especializadas nessa análise de risco, que costumam atribuir conceitos (ratings) à qualidade oferecida pelos créditos. Ente as conhecidas empresas que atuam no mercado mundial, citam-se a Standard & Poor's, Moody's (a mais antiga), Fitch Ratings, entre outras (ASSAF NETO, 2012).

3.8 Forfaiting

O mercado de forfaiting concentra as negociações com títulos de crédito e contratos representativos de exportações realizadas por empresas brasileiras. É uma forma de financiamento bastante ágil, destinada a reforçar o capital de giro das empresas exportadoras, beneficiárias dos títulos de crédito. O mercado de forfaiting é coordenado por instituições financeiras especializadas (ASSAF NETO, 2012).

3.9 FGC – Fundo Garantidor de Crédito

O FGC foi constituído na forma de uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, composta pelas instituições financeiras e associações de poupança e empréstimos participantes do Sistema Financeiro Nacional. Seu objetivo é o de oferecer maior garantia aos agentes de mercado com recursos depositados /aplicados nas instituições citadas na eventualidade de sofrerem intervenção, ser decretada extrajudicial ou a sua falência (ASSAF NETO, 2012).

4 MERCADO SECUNDÁRIO – BOLSA DE VALORES

O mercado secundário registra unicamente a transferência de propriedade dos títulos e valores mobiliários, não determinando variações diretas sobre os fluxos de recursos das sociedades emitentes. O funcionamento do mercado secundário ocorre principalmente nas Bolsas de Valores, as quais viabilizam aos investidores a oportunidade de realizarem novos negócios com títulos anteriormente emitidos (ASSAF NETO, 2012)

As Bolsas de Valores são entidades, cujo objetivo básico é o de manter um local em condições adequadas para a realização, entre seus membros, de operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários (ASSAF NETO, 2012).

É preocupação das Bolsas de Valores, ainda, a preservação dos valores éticos nas negociações realizadas em seu âmbito, e a divulgação rápida e eficiente dos resultados de todas as transações realizadas. (ASSAF NETO, 2012). Outros Objetivos são:

a) Promover uma segura e eficiente liquidação das várias negociações realizadas em seu ambiente;
b) Desenvolver um sistema de registro e liquidação das operações realizadas;
c) Desenvolver um sistema de negociação que proporcione as melhores condições de segurança e liquidez aos títulos e valores mobiliários negociados;
d) Fiscalizar o cumprimento, entre seus membros e as sociedades emissoras dos títulos, das diversas normas e disposição legais que disciplinam as operações em bolsa (ASSAF NETO, 2012).

As bolsas de valores são entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, sendo fiscalizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O local onde são realizadas as diversas transações de compra e venda de ações registradas em Bolsa de Valores é denominado pregão. Nos pregões das bolsas, somente têm acesso os representantes credenciados pelas Sociedades Corretoras (conhecidos por operadores de Bolsa), que negociam ações segundo ordens de compra e venda expedidas pelos investidores (ASSAF NETO, 2012).

A primeira Bolsa no mundo foi criada em 1531, a Bolsa da Antuérpia, na Bélgica, é considerada a primeira bolsa oficial e era baseada na negociação de empréstimos. Porém, a primeira ação comercializada em uma bolsa de valores que se tem registro pertenceu à Companhia Holandesa das Índias Orientais e foi negociada em 1602, na Bolsa de Amsterdã (A ORIGEM., 2019).

Para assegurar uma maior proteção da sua economia, a Inglaterra, em 1571, criou a Bolsa de Londres (Royal Exchange). Já nos Estados Unidos, foi só em 1792 que surgiu a Bolsa de Nova York.

O então Ministro da Fazenda Alves Branco iniciou, em 1843, uma política econômica de caráter fiscal para suprir financeiramente a estrutura do Estado, criando assim a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a negociação dos títulos

públicos. Já em 23 de agosto de 1890, o presidente Emílio Rangel Pestana fundou a Bolsa Livre, que foi o embrião da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).
Até meados da década de 1960, eram 27 bolsas de valores em todo o Brasil, sendo que o grande mercado de ações se concentrava na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ). Porém, por conta dos efeitos da crise econômica de 1970, com o crash durante o governo militar, a BVRJ começou a perder espaço gradativamente para a Bovespa.

Foi no ano 2000 que São Paulo e Rio de Janeiro comandaram um acordo de integração das nove bolsas de valores brasileiras ativas: Bovespa, Bolsa do Rio, de Minas-Espírito Santo-Brasília, do Extremo Sul, de Santos, da Bahia-Sergipe-Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Paraná e a Bolsa Regional.

A partir disso, as ações de companhias abertas e os títulos privados seriam todos negociados na Bovespa. A Bolsa do Rio, por sua vez, ficaria encarregada do mercado eletrônico de títulos públicos.

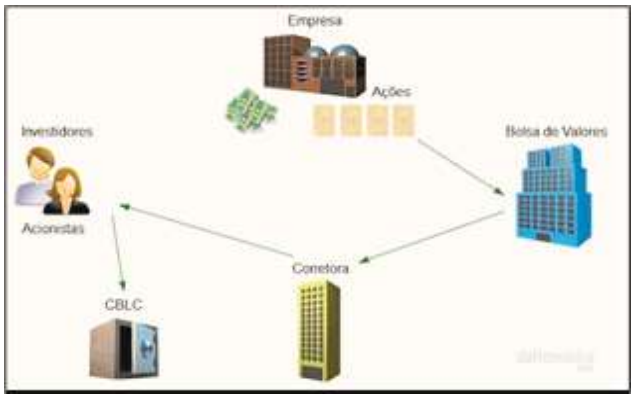
Em 26 de março de 2008 a Bovespa anunciou oficialmente o início do processo de fusão com a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, nome da nova instituição que surgiu com a fusão, se tornou uma das maiores do mundo em valor de mercado na época (A ORIGEM., 2019).

A BM&FBovespa atua nos mercados de ações, futuros, opções, câmbio, crédito de carbono, renda fixa e futura de índices. A Bovespa Holding atua em toda a cadeia de negócios envolvendo títulos e valores mobiliários, compreendendo principalmente a:

a) Negociações são realizadas totalmente através de sistemas eletrônicos;
b) Negócios com ações, títulos e contrastes referenciados em ativos financeiros, índices, taxas, mercadorias e moedas;
c) Negócios nas modalidades à vista e de liquidação futura;
d) Compensação e Liquidação;
e) Custódia e Depositária Central de ações;
f) Processamento de dados, cotações e divulgações de mercado;
g) Registro de emissores de títulos e valores mobiliários para negociação;
h) Comercialização de informações geradas pelos mercados de renda fixa e variável;
i) Cálculo, gestão e divulgação dos índices de bolsa etc. (ASSAF NETO, 2012)

A figura 3 apresenta o esquema do mercado de ações

Figura 3 - Introdução ao Mercado de ações



Fonte: (VIEIRA, 2018).

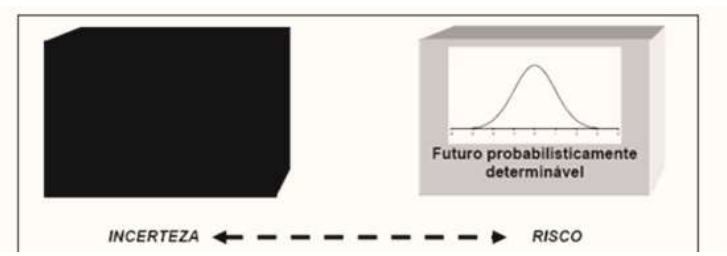
4.1 Risco e Incerteza

No mercado financeiro todo o investimento, há uma dose de risco, que será proporcional ao retorno e a variabilidade do retorno esperado do investimento.

Os elementos que fundamentam essa distinção estão em Knight (1921), como argumentam Galesne, Fensterseifer e Lamb (1999, p. 136,137). Segundo os autores, entende-se por situação de risco aquela que pode ser associada a uma distribuição de probabilidades objetivas. Por conseguinte, situação incerta significa o oposto, isto é, não se pode associar nenhuma distribuição de probabilidades ou somente se pode associar uma distribuição de probabilidades subjetivas.

A ampliação do critério de Knight, de acordo com a sugestão dos autores, possibilita a distinção de dois níveis de incerteza: um mais elevado e outro de incerteza menor. O primeiro referente à incerteza do futuro e, consequentemente, sem associação de distribuição de probabilidades; e o segundo refere-se também ao futuro incerto, mas com uma diferença que é a possibilidade de aplicação de distribuição de probabilidades. A figura 3, ilustra essa relação em que a situação de incerteza representa um futuro "indeterminado", isto significa um elevado grau de incerteza, enquanto a segunda situação corresponde a um futuro "probabilisticamente determinável", nesse caso o grau de incerteza é minimizado. A figura 4, apresenta a relação Risco e incerteza.

Figura 4 - Risco e Incerteza



Fonte: (Galesne; Fensterseifer; Lamb, apud. GOLLO, 2009, p.38).

5 O QUE É O MECANISMO DO CIRCUIT BREAKER?

O circuit breaker é um procedimento operacional da B3 que interrompe a negociação de ativos em bolsa. Ele é acionado somente em momentos atípicos de mercado, como durante uma forte queda de preços, baseada na oscilação do Ibovespa, o principal índice de ações do mercado brasileiro. Durante o acionamento do circuit breaker, não é possível realizar compras ou vendas de ativos na B3 (B3 ACIONA., 2020).

No Brasil, ele afeta principalmente o Índice Bovespa (Ibovespa), o principal índice de ações no país.

O índice Bovespa, também chamado de IBOV, é o principal indicador médio de desempenho do mercado de ações no Brasil.

É chamado o "termômetro do mercado de ações". Se um investidor quer saber como está sua carteira de ações, ele compara com o desempenho do índice Bovespa. Se ele está melhor, pior ou com desempenho similar ao do índice (BONA, 2016?).

Essa ideia foi colocada em prática pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1987, durante um evento denominado Black Monday. Nessa ocasião, o índice americano Dow Jones caiu 22,6%, e arrastou consigo diversos outros índices em nível global.

De acordo com o Manual de Procedimentos Operacionais da B3, o circuit breaker se aplica em três situações:

a) Quando o Ibovespa desvalorizar 10% em relação ao fechamento do pregão anterior, a negociação é interrompida por 30 minutos;

b) Reabertas as negociações, caso a queda do Ibovespa atinja 15% em relação ao fechamento do pregão anterior, a negociação é interrompida por uma hora;

c) Reabertas as negociações, caso a oscilação negativa atinja 20% em relação ao pregão anterior, a B3 pode determinar a suspensão da negociação por período a ser definido pela Bolsa (LEMOS, 2020).

5.1 Todas as vezes que a Bolsa Brasileira acionou o Circuit Breaker

Conforme aponta Lemos (2020), desde 1997, quando o mecanismo de circuit breaker foi estabelecido na Bolsa brasileira, ele foi acionado várias vezes, a maioria delas em períodos de crise.

O primeiro momento foi em 1997 durante a Crise na Ásia. Na ocasião, países asiáticos enfrentaram uma forte crise financeira, o que levou a uma queda acentuada na bolsa de Hong Kong no mês de outubro. A bolsa brasileira sofreu os reflexos e houve circuit breaker em três ocasiões entre o fim de outubro e metade de novembro.

No ano seguinte, em 1998, o acionamento do circuit breaker ocorreu em virtude da Crise na Rússia, quando esse país enfrentou uma grande crise econômica. Com a economia em crescente globalização, a Bolsa de Valores de São Paulo enfrentou forte queda e teve as negociações paralisadas em cinco momentos do ano, entre agosto e setembro.

Na sequência, no ano de 1999, com a desvalorização do Real, o mecanismo do circuit break foi novamente acionado. Isso aconteceu nos dias 13 e 14 de janeiro por conta de uma mudança no regime cambial. O Banco Central teve que negociar dólares no mercado futuro, o que resultou em queda no valor médio das ações da bolsa.

Em 2008, o mundo sofreu os efeitos da crise dos subprimes, desencadeada nos Estados Unidos. Foram seis os momentos em que houve circuit breaker no Brasil, em setembro e outubro.
No ano de 2017, aconteceu o que ficou conhecido como Joesley Day. Na ocasião, veio a público a informação de que Joesley Batista gravara conversa com o então presidente Michel Temer (MDB). Naquele dia, a Bolsa Brasileira foi fechada durante 30 minutos, quando as quedas superaram 10%. Em 18 de maio 2017 a Bolsa fechou em queda, após despencar 10,70% (LEMOS, 2020).

No ano de 2020, o mecanismo do circuit break foi acionado em dois momentos. O primeiro foi quando houve o desacordo entre a Rússia e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que gerou uma reação por parte da Arábia Saudita, um dos principais produtores mundiais da commodity: a redução no preço do barril e aumento da produção. Já o segundo foi no dia em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) fez o alerta de que passaria a considerar o novo coronavírus como uma pandemia, ou seja, epidemia de proporções globais (CIRCUIT..., 2020).

5.2 Acionamento do Circuit Breaker com a Pandemia do Novo Coronavírus

Em meio ao contexto de dúvidas dos mercados globais sobre a eficácia das medidas anunciadas pelo Federal Reserve (FED) e outros bancos centrais e os temores sobre a extensão dos impactos da pandemia de coronavírus na economia, no dia 16 de março de 2020, o principal índice da bolsa de valores brasileira, a B3, despencou novamente e os negócios foram suspensos logo na abertura (ALVARENGA, 2020). A figura 5 demonstra o histório de Circuit Breaker.

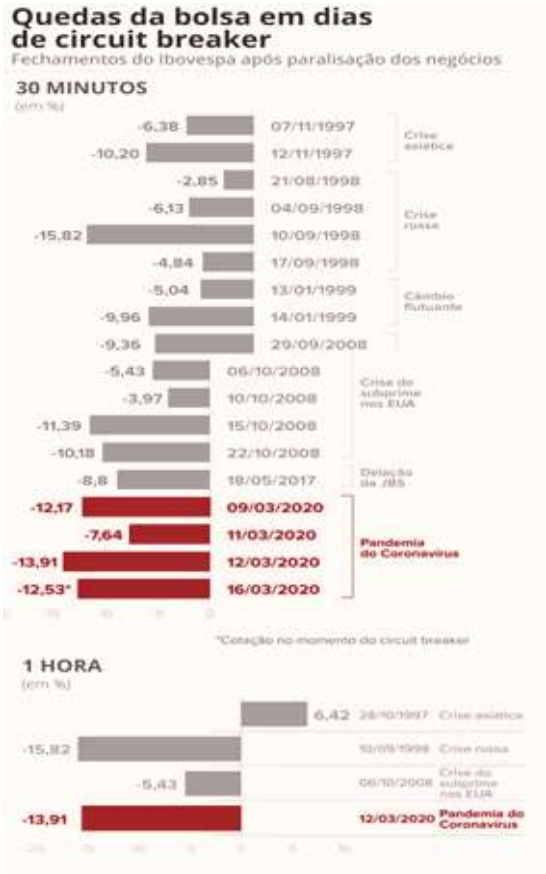
Alvarenga (2020) relata que o Ibovespa fechou com queda de 13,92%, a 71.168 pontos e que durante o pregão desse mesmo 16 de março, o índice chegou a tombar mais de 14%, a 70.854 pontos, a mínima da sessão. A perda na Bolsa, no acumulado no ano, chega a 38,46%.

Quando o índice registrou queda de 12,53%, por volta das 10h24, foi acionado o circuit breaker – mecanismo da B3 que interrompe as negociações por 30 minutos quando a queda chega a 10%. Se a queda chegasse a 15% ao longo do dia, as negociações seriam interrompidas novamente, dessa vez por uma hora. Em seis pregões, essa foi a quinta vez que as negociações tiveram de ser interrompidas na B3. Antes de ocorrer a abertura do pregão, o contrato futuro do Ibovespa já caía 10%, o que sinalizava a ocorrência de um novo circuit breaker. Enquanto o dólar fechou em forte alta e bateu R$ 5,0612. (ALVARENGA, 2020).

Zeina Latif, consultora econômica, em entrevista à BBC News Brasil, explica que a medida de acionar o circuit breaker é uma tentativa de conter o pânico no mercado, interrompendo o chamado "efeito manada", característico de momentos de grande incerteza, em que grande parte dos investidores tentam se desfazer dos papéis ao mesmo tempo (MOTA, 2020).

Sobre esse cenário de incerteza, Rafael Leão, economista-chefe da Arazul Capital, em declaração à BBC News Brasil, chama atenção para uma espécie de efeito contágio dessa incerteza. Segundo ele, o aumento da incerteza leva as empresas a postergarem decisões de investimentos, o que provoca impacto sobre o emprego e a renda (MOTA, 2020). A figura 5 indica o histórico de Circuit Break na Bovespa

Figura 5 - Cotação no momento do circuit breaker



Fonte: Adaptado de Alvarenga (2020, pp.3-4).

A reportagem da BBC News Brasil mostra, ainda, que há uma série de perguntas sem respostas em torno da atual pandemia de covid-19. Existe a possibilidade de que a piora nas condições financeiras provoque uma crise no crédito ou uma recessão em diversos países. No Brasil, Ministério da Economia criou grupo de monitoramento para avaliar os impactos do coronavírus no mercado, orçamento público e tributos. No dia 12 de março de 2020, o grupo anunciou como uma de suas primeiras medidas a antecipação para abril do pagamento de 50% do 13º salário de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Outra consequência das repetidas quedas da bolsa é uma dificuldade para que empresas consigam se financiar, acrescenta Solange Srour, economista-chefe da ARX Investimentos. Isso porque a tendência de redução nos preços de ações desestimula o lançamento de novas ofertas, os IPOs (sigla em inglês para Initial Public Offering), que são um dos instrumentos

usados pelas empresas para captação de recursos. As variações bruscas em índices como o Ibovespa, por si, não impactam diretamente o caixa das empresas, já as ações são negociadas no mercado secundário, entre investidores (MOTA, 2020). O economista Rafael Leão pondera que essas perdas também acabam tendo impacto na economia real, pois representam uma perda financeira para fundos e investidores pessoas físicas, o que consequentemente pode ter reflexo negativo no consumo. Já Zeina Latif ressalta que algumas pessoas têm dinheiro aplicado na bolsa e nem sabem. Esse é o caso, por exemplo, de quem aplicou dinheiro em fundos de previdência, que investem os recursos tanto em ativos de renda fixa quanto de renda variável — ainda que seja uma menor parte, já que eles têm risco maior. Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, parte da queda nos preços de ações deve-se à expectativa negativa em relação aos efeitos do coronavírus sobre a própria economia real (MOTA, 2020).

A pandemia tem colocado países inteiros em quarentena e restringido a circulação de pessoas e mercadorias. Assim, a tendência é de um desaquecimento das atividades no comércio, nos serviços, nos transportes. (...) O crédito, outra fonte de financiamento importante para as empresas, também é impactado pelo pânico no mercado financeiro. Diante da indefinição e do aumento de risco, os juros futuros dispararam nos últimos dias (MOTA, 2020).

A referida reportagem de Mota (2020) na BBC News Brasil também traz a visão da economista Solange Srour, que explica que por mais que a Selic esteja na mínima histórica, em 4,25%, os juros para a pessoa física e jurídica sofrem influência das taxas negociadas nos mercados futuros. Além disso, a reportagem conclui que os bancos têm uma tendência a serem mais cautelosos na concessão de crédito em momentos de incerteza como o atual, pois existe a possibilidade de que a diminuição no nível de atividade prejudique a capacidade de pagamento das empresas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se, primeiramente, conceituar uma pandemia, caracterizar o Mercado Financeiro e de Capitais, dando maior ênfase às ações, Bolsas de Valores e o Mecanismo do Circuit Break.

A pesquisa desenvolvida, explica o que é circuit break, porque ele é acionado e como ele protege os investidores do mercado de ações, respondendo assim ao objetivo e solucionando o problema. Compreendendo que essas interrupções só acontecem em casos extremos, como por exemplo, a Pandemia do Novo Coronavírus que vivemos, ou seja, algo que o mercado não sabe muito bem como reagir. Os acionamentos ocorreram em março, logo no início da pandemia onde diversos preços tiveram quedas expressivas como o caso do petróleo.

Analisando o histórico de outros momentos em que o mecanismo do circuit break foi acionado, posteriormente sempre vem uma recuperação econômica. Importante também é a participação do Governo Federal nesse processo de retomada.

REFERÊNCIAS

A ORIGEM da Bolsa de Valores. Site Gorila, 26 abr. 2019. Artigos. Disponível em: https://gorila.com.br/gorilando/artigos/a-origem-da-bolsa-de-valores/. Acesso em: 17 out. 2020.

AÇÕES. Site Trilhante. [2020?]. Disponível em: https://www.trilhante.com.br/trilha/sociedades-empresariais/curso/sociedades-anonimas/aula/acoes-2. Acesso em: 23 nov. 2020.

ALVARENGA, Darlan. Bovespa despenca quase 14% após 5º 'circuit breaker' em 6 pregões. G1, 16 mar. 2020. Economia. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/16/bovespa.ghtml. Acesso em 23 nov. 2020.

APUD, Mateus. As 4 ações do Ibovespa com queda superior a 50% no ano. Estadão, 17 jul. 2020. Mercado. Disponível em: https://einvestidor.estadao.com.br/mercado/4-acoes-ibovespa-caem-50-2020. Acesso em: 12 nov 2020.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

B3 ACIONA circuit breaker. B3. 16 mar. 2020. Disponível em: https://cutt.ly/khiSKBt. Acesso em 23 nov. 2020.

BONA, André. Ações: o que é o Índice Bovespa? Blog André Bona. [2016?]. Disponível em: https://andrebona.com.br/acoes-o-que-e-o-indice-bovespa/. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRAGA, Vinícius da Silva. A importância de investir no mercado de capitais: conceitos, dilemas e possibilidades. Ciências Econômicas-Unisul Virtual, 2019.

BRASIL. Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Publicado em 17 de dezembro de 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em 17 nov. 2020.

CIRCUIT Breaker: O que é, Como funciona e Histórico na Bovespa. Blog Rico, 13 maio 2020. Disponível em: https://blog.rico.com.vc/circuit-breaker. Acesso em: 23 nov. 2020.

DIEHL, C. A.; MACAGNAN, C. B.; ZANINI, F. A. M.; WICKBOLDT, L. A. Metodologias em Artigos de Finanças sobre Dividendos nos Periódicos Brasileiros Qualis/Capes a partir de B2. Revista pensamento contemporâneo em administração (UFF), v. 07, p. 23-43, 2010.

EIZIRIK, Nelson. A Lei das S.A comentada: artigos 1º ao 79. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartear Latin, 2015. v.1.

GALESNE Alain, FENSTERSEIFER Jaime E. e LAMB, Roberto. Decisões de Investimentos da Empresa. São Paulo: Atlas, 1999. 295 p.

GOLLO, R. S. Mercado de Capitais: Uma contribuição para o entendimento do mercado acionário. Porto Alegre, 2009.

LAGIOIA, Umbrelina Cravo Teixeira. Fundamentos do mercado de capitais.2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 212 p.

LEMOS, Amanda. Veja todas as vezes que a Bolsa brasileira acionou o circuit breaker. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 mar. 2020.Mercado. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/veja-todas-as-vezes-que-a-bolsa-brasileira-acionou-o-circuit-breaker.shtml. Acesso em: 19 nov. 2020.

MARSH, P. Eficiência de Mercado: um Espelho para as Informações. In: Domina ndo Finanças. São Paulo: Makron Books, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEOPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica. 2ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTA, Camilla Veras. Coronavírus: como a queda da bolsa afeta a 'economia real'? BBC News Brasil, São Paulo, 12 mar. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51859307. Acesso em 19 nov. 2020.

O QUE é Bolsa de Valores, Como Funciona, Dicas para Investir [Guia]. Blog Rico, 17 jul. 2018. Disponível em: https://blog.rico.com.vc/bolsa-de-valores-o-que-e. Acesso em: 21 nov. 2020.

O QUE é desdobramento (split) e grupamento (inplit)? Site Investpedia. 17 nov. 2009. Disponível em: http://www.investpedia.com.br/artigo/O+que+e+desdobramento+split+e+grupamento+inplit.aspx. Acesso em: 17 nov. 2020.

OLIVEIRA, Isaac de. As 10 ações que mais se valorizaram no 1º semestre de 2020. Estadão, 30 jun. 2020. Mercado. Disponível em: https://einvestidor.estadao.com.br/mercado/10-acoes-bombaram-1-semestre-2020. Acesso em: 12 nov. 2020.

ORAZEM, Eloá. Entre a ironia e a histeria: como o coronavírus mudou a rotina americana. Blog NeoFeed, 13 mar. 2020. Insiders. Disponível em: https://neofeed.com.br/blog/home/entre-a-ironia-e-a-histeria-como-o-coronavirus-mudou-a-rotina-americana/. Acesso em: 23 nov. 2020.

PANERAI, Bruno. O impacto que epidemias causam nas bolsas. [Entrevista cedida a] Raquel Saliba. Warren Blog, 05 fev. 2020. Disponível em: https://warren.com.br/blog/coronavirus-o-impacto-que-epidemias-causam-nas-bolsas/. Acesso em 12 nov. 2020.

PORTES, Alice. Jovens de 9 países relatam a rotina em meio à pandemia do novo coronavírus; confira vídeo. G1, 18 abr. 2020. Mundo. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/18/jovens-de-9-paises-relatam-a-rotina-em-meio-a-pandemia-do-novo-coronavirus-confira-video.ghtml. Acesso em: 21 nov. 2020.

PROCIANOY, Jairo Laser; POLI, Beatriz Trois Cunha. A política de dividendos como geradora de economia fiscal e do desenvolvimento do mercado de capitais: uma proposta criativa. Revista de Administração de Empresas, v. 33, n. 4, p. 06-15, 1993. Disponível em: https://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-33-num-4-ano-1993-nid-44294/. Acesso em 23 nov. 2020.

RIBEIRO, Henrique César Melo. Produção Acadêmica da Área Temática Mercados Financeiro, de Crédito e de Capitais (MFC) Divulgada no Anpcont de 2007 a 2016. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 5, n. 3, p. 79-98, 2017.

SEGIN, Nathalie. 6 dicas para começar a investir mesmo na quarentena. Blog Interi Jr. Disponível em: https://cutt.ly/Vh-to41N. Acesso em: 10 nov. 2020.

VIEIRA, Dalton. Introdução ao Mercado de Ações. Blog Dalton Vieira, 19 set. 2018. Disponível em: http://daltonvieira.com/?s=Introdu%C3%A7%C3%A3o+ao+Mercado+de+a%C3%A7%C3%B5es&x=0&y=0. Acesso em: 23 nov. 2020.

VOGLINO, Eduardo. As 20 Ações que mais caíram na bolsa com o Coronavírus (até agora). The Capital Advisor, 08 maio 2020. Notícias. Disponível em: https://comoinvestir.thecap.com.br/acoes-que-mais-cairam-coronavirus-marco-2020/. Acesso em: 10 nov.2020.

RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO DE SOROCABA, ESTADO DE SÃO PAULO
RELATIONSHIP BETWEEN GROWTH AND ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE REGION OF SOROCABA, STATE OF SÃO PAULO

Alequexandre Galvez de Andrade
Nélio Fernando dos Reis
Instituto Federal de São Paulo - IFSP
DOI: 10.5281/zenodo.4412030

Resumo: A concentração de renda culmina em problemas sociais como miséria, falta de saneamento básico, acesso a educação. Nem sempre os estados são capazes de suprir estas necessidades, devido as diversas funções existentes ou por falta de políticas públicas direcionadas a população mais carente. Nesta Pesquisa Bibliográfica e exploratória explicativa, objetiva-se identificar a relação entre o PIB e as variáveis de renda na região de Sorocaba, estado de São Paulo, Brasil. Os resultados indicam que o crescimento é apenas uma parte do desenvolvimento social, apresentando problemas com saneamento, analfabetismo, diferença salarias significativas devido a sexo e cor. O Produto Interno Bruto 'PIB', não teve significância em relação as variáveis de renda, não sendo possível estabelecer um modelo de equações dado a alta multicolinearidade e significância maior que 0,05, apenas a renda das mulheres demonstrou-se significativa em relação ao PIB.

Palavras-chave: Produto Interno Bruto; Desigualdade; Análise de Regressão Múltipla

Abstract: The logic of the capital practiced causes the emergence of economic inequalities and social exclusion of a large part of the population, provoking social problems of income distribution, misery, lack of basic sanitation, access to education. States are not always able to meet these needs, due to the diverse functions or lack of public policies that target the poorest population. This explanatory and exploratory Bibliographic Research aims to identify the relationship between GDP and income variables in the micro-region of Sorocaba, state of São Paulo, Brazil. The results indicate that growth is only a part of social development, finding problems of sanitation, illiteracy, difference salaries significant due to gender and race. The Gross Domestic Product 'GDP', had no significance in relation to social factors, it is not possible to establish a model of equations given the high multicollinearity and significance greater than 0.05, only women's income was significant in relation to GDP.

Keywords: Gross Domestic Product; Inequality; Multiple Regression Analysis.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a questão do desenvolvimento local traz diferentes desafios adicionados ou similares aos encontrados nas economias centrais. Em nosso contexto, a questão da diminuição da desigualdade social alinha-se à necessidade de in-

crementar a cidadania, a democracia e a participação da população na vida pública (BOSE, 2012, p. 31).
Métricas quantitativas para medição de riqueza como o PIB tem sido frequentemente utilizada, porém nota-se que o desenvolvimento nem sempre pode ser observado, não reproduzindo à melhoria na qualidade de vida das pessoas com acesso amplo aos serviços como educação, saúde, transporte e outros.

Para Schumpeter (1997), o crescimento é uma das partes do desenvolvimento, subtende-se que ambos não representam a mesma coisa, já para Bresser Pereira (2006), não há diferença entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, ocorre que o desenvolvimento econômico não é capaz de resolver todos os problemas. Desta forma, imputa-se um papel importante dos agentes públicos e privados em comportamentos que reproduzem a mitigação das disfunções sociais.

O próprio empreendedorismo social ocupa em parte este papel de redução das desigualdades, podendo ser definido como uma inovação. De acordo com Stanford (2003), a inovação social é o processo de inventar, garantir apoio, e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais. O objeto destas iniciativas encontram justificativa nos problemas sociais como violência, pobreza, homicídios que estão relacionados com a desigualdade (WILKINSON; PICKETT, 2009).

Nesta Pesquisa Bibliográfica e exploratória explicativa, objetivou identificar se as variáveis renda, taxa de analfabetismo e taxa de saneamento reproduzem modelos matemáticos para prever o PIB na microrregião de Sorocaba, estado de São Paulo, Brasil e utilizou-se da regressão múltipla para confirmar se o crescimento econômico medido pelo PIB influência na renda, analfabetismo e saneamento básico. Os resultados indicam que independente do PIB os problemas sociais são os mesmos. O que está de acordo com Schumpeter (1997), em que aponta para o crescimento como uma das partes do desenvolvimento. A variável Renda das Mulheres apresentou um poder de 40,8% de explicação do PIB, com índices de significância <0,06.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A escassa literatura ainda existente sobre o tema no campo da Administração, com 201 publicações na plataforma Science Direct de 2008 a 2018, fazendo um recorte nos anos de 2015 a 2018 há 34 artigos publicados, fez-se decidir realizar uma Pesquisa Exploratória explicativa na microrregião de Sorocaba compreendida pelos municípios de Sorocaba, Itu, Votorantim, Salto São Roque, Porto Feliz, Cabreúva, Mairinque, Saldo de Pirapora, Iperó, Araçoiaba da Serra, Araçariguama, Capela do Alto, Alumínio, e Sarapuí. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018).

"As Microrregiões foram definidas como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido à sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades se referem à estrutura de produção: agro-pecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares."

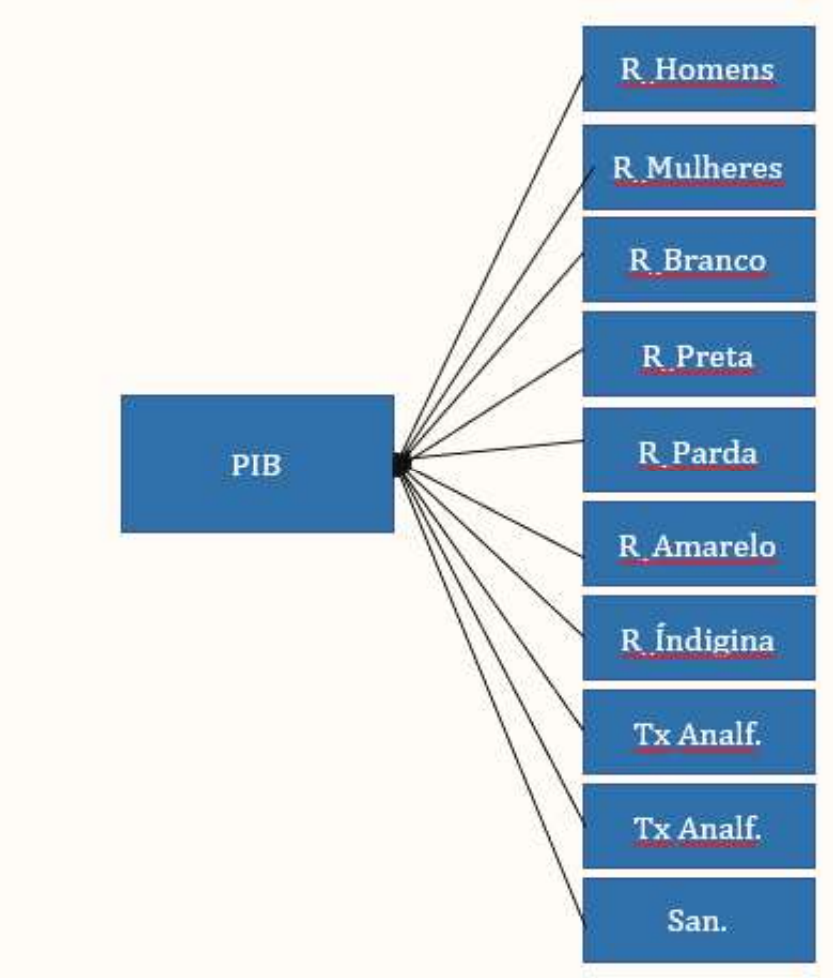
Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de

livros e artigos científicos. (...) Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisa bibliográficas" (GIL, 2008, p. 51). Os artigos e teses utilizados foram selecionados em bases de dados nacionais e internacionais. Para explicar os resultados foram utilizados dados do IBGE de 2012, a fim informações sociais para investigar a dicotomia entre crescimento e desenvolvimento.

Foi utilizada a análise de regressão múltipla para avaliar a relação entre uma variável dependente e um conjunto de variáveis independentes (HAIR, 2009).

Foi considerado o PIB como variável dependente e como variáveis independentes a renda pelo trabalho do homem, mulher, brancos, preta, pardos, amarelos, indígenas, taxa de analfabetismo e saneamento básico, conforme a Figura 1, relação entre variáveis dependentes e independentes.

Figura 1: Variáveis Dependentes e Independentes



Fonte: Elaboração Própria

Foi realizado o teste de Durbin Watson para medir a autocorrelação dos resíduos, valores de 0 à 2 indica autocorrelação positiva, valores igual ou próximos a 2 indica que não há autocorrelação e valores entre 2 e 4 significa que há autocorrelação negativa, valores entre 1 e 3 não causam preocupação (FIELD, 2013).

O método matemático utilizado para a regressão múltipla foi o stepwise (para frente), que efetua exclusão dos previsores menos úteis (FIELD, 2013). Para auxiliar nos cálculos foi utilizado o programa SPSS ® versão 25.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O crescimento econômico é uma medida quantitativa que tem como base o Produto Interno Bruto 'PIB'. Shumpeter (1997) aponta que o crescimento econômico é apenas uma parte do desenvolvimento, embora fosse condição necessária.

Para Araújo & Schuh (2003) há alguns fatos socioeconômicos que caracterizam o processo de desenvolvimento: Aumento da produtividade do trabalho; Diminuição das diferenças intersetoriais da produtividade do trabalho; Modificações estruturais na produção e na renda; Investimento em Tecnologias Uso da força de trabalho; Educação e Mudanças demográficas.

Segundo Ratts (2006), a partir de 1930, observa-se a decadência da zona rural, dando espaço ao trabalho urbano, as mulheres ocupavam cargos inferiores aos dos homens, porém trata-se das mulheres brancas. As mulheres negras tinham menores oportunidades pela falta de acesso ao sistema educacional e pela discriminação racial. Ainda segundo Ratts (2006) esta trajetória continua em pleno século XXI, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio 'PNAD' realizada pelo IBGE, indica que o trabalho formal é maior entre os brancos sendo de 65,3% do que entre pretos e pardos que é de 51,3%. Em relação ao trabalho informal os pretos e pardos representam 48,7%, enquanto os brancos 34,7%.

Quanto maior o índice de escolarização, maior é o rendimento. A taxa de frequência líquida da população entre 6 a 24 anos demonstra que a diferença entre brancos, pretos e pardos é irrelevante, sendo de 0,3%. Porém no ensino médio a diferença é de 14,1% (63,5-49,5) e de 12,7% no ensino superior (23,5-10,8), por outro lado, a educação de jovens e adultos é maior entre pretos e pardos, sendo de 65,5% e entre brancos de 33,3%. Isto demonstra que a educação entre pretos e pardos é menor e estes entram tardiamente na escola.

Ainda em 2012, 82 anos depois, segundo dados da Tabela 1, há o mesmo comportamento em relação a mulheres e negros, em todos os municípios da microrregião de Sorocaba, as mulheres ganham menos que os homens e os negros menos que os Brancos. Na região pesquisada, em 2010 as mulheres figuram como as únicas responsáveis por 103 mil unidades domiciliares permanentes, representando 26% dos domicílios, conforme Quadro 1. Estes dados remetem ao papel do Estado frente aos desafios centenários e a sustentabilidade econômica destas unidades.

Tabela 1: Dados de Renda, taxa de Analfabetismo e Saneamento Básico

Município	PIB	R_Homens	R_Mulheres	R_Branco	R_preta	R_parda	R_Amarelo	R_indigina	Taxa de Analfabetismo %	Saneamento Inadequado %
Sorocaba	18.658.502	1830	1210	1697	1060	1034	2443	1179	3,1	0,07
Itu	4.727.700	1723	1120	1638	987	954	2282	1060	4,44	0,85
Votorantim	1.777.253	1347	910	1221	950	946	1421	1014	3,48	0,29
Salto	3.193.296	1531	983	1409	992	1011	1884	1040	3,96	0,25
São Roque	1.381.063	1576	1069	1530	927	904	2179	1305	4,48	2,08
Porto Feliz	905.862	1286	899	1221	822	811	1356	1015	5,24	1,55
Cabreuva	1.530.501	1257	841	1188	992	912	1465	908	6,22	1,09
Mairinque	1.142.316	1311	885	1226	1129	933	1676	1089	5,41	2,64
Salto de Pirapora	938.646	1167	807	1086	824	842	1187	858	7,85	0,68
Iperó	333.406	1044	761	989	911	805	1124	952	5,04	1,9
Araçoiaba da Serra	335.662	1610	1064	1499	991	900	2420	989	4,91	1,94
Araçariguama	945.810	1263	866	1254	965	886	1466	1045	6,72	5,71
Capela do Alto	157.032	941	663	869	794	699	949	494	6,99	1,83
Alumínio	1.309.726	1568	844	1400	1198	1120	1738	840	4,58	0,82
Sarapuí	108.795	1063	766	1024	724	730	879	650	8,76	6,35

Fonte: Dados baseados em IBGE PNAD (2012)

Quadro 1: Unidades domésticas por sexo

Código dos municípios	Municípios e classes de tamanho da população dos municípios (habitantes)	Unidades domésticas, por sexo das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes								
		Total			Homem			Mulher		
		Total (1)	Distribuição percentual (%)		Total (1)	Distribuição percentual (%)		Total (1)	Distribuição percentual (%)	
			Único responsável	Com mais de 1 responsável		Único responsável	Com mais de 1 responsável		Único responsável	Com mais de 1 responsável
	Bra	12 827 163	70,7	29,3	7 830 262	69,5	30,5	4 996 901	72,5	27,5
	Até 5.000	163 841	71,2	28,8	113 038	70,3	29,7	50 803	73,4	26,6
3551108	Sarapuí	2 833	78,3	21,7	2 045	79,9	20,2	788	74,4	25,6
3501152	Alumínio	4 985	76,7	23,3	3 763	75,5	24,5	1222	68,6	31,4
3502754	Araçariguama	4 938	69,5	30,4	3 340	70,8	29,2	1598	67,0	32,9
3501302	Capela do Alto	5 240	71,2	28,8	3 578	71,2	28,8	1662	71,3	28,7
3502903	Araçoiaba da S	8 568	72,9	27,0	5 974	71,3	28,7	2 594	76,8	23,3
3508405	Cabreúva	11909	68,3	31,7	7 790	69,5	30,5	4 119	66,0	34,0
3521002	Iperó	7 796	67,9	32,0	5361	68,1	31,8	2 435	67,5	32,4
3528403	Mairinque	12 978	79,3	20,7	8 575	78,3	21,7	4 403	81,2	18,8
3540606	Porto Feliz	14 562	67,2	32,8	9 754	67,1	32,9	4 808	67,6	32,4
3543105	Salto de Pirapo	11490	81,7	18,2	7 920	80,7	19,3	3 570	84,0	15,9
3550605	São Roque	23 754	66,5	33,5	15 409	64,9	35,1	8 345	69,5	30,5
3523909	Itu	46 503	74,1	25,9	29 565	73,5	26,5	16 938	75,1	24,8
3545209	Salto	31868	71,0	28,9	20 246	69,7	30,3	11622	73,3	26,6
3552106	Votorantim	31953	71,0	29,0	20 427	71,4	28,6	11526	70,2	29,8
3552205	Sorocaba	178 777	70,4	29,6	112 118	69,4	30,6	66 659	72,1	27,9
		398 154			255 865			142289		

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para Schumpeter (1997), o crescimento é uma parte do desenvolvimento. Cruzando os dados de crescimento PIB com dados sociais, comprova-se que não há uma relação estatística confirmatória de que o crescimento representa melhores

condições sociais de distribuição de renda, saneamento e educação.

Tabela 2: Comparação entre PIB e Indicadores de Renda, saneamento e analfabetismo

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,871921309
R-Quadrado	0,760246768
R-quadrado ajustado	0,328690952
Erro padrão	3795910,416
Observações	15

	Coeficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
Interseção	(60.000.006,96)	28.434.809,99	(2,11)	0,09	(133.094.013,03)	13.093.999,11	(133.094.013,03)	13.093.999,11
R_Homens	(53.359,67)	82.146,50	(0,65)	0,54	(264.523,96)	157.804,62	(264.523,96)	157.804,62
R_Mulheres	113.459,16	46.761,68	2,43	0,06	(6.745,56)	233.663,88	(6.745,56)	233.663,88
R_Branco	32.928,84	72.453,08	0,45	0,67	(153.317,73)	219.175,40	(153.317,73)	219.175,40
R_preta	32.734,41	30.192,61	1,08	0,33	(44.878,16)	110.346,98	(44.878,16)	110.346,98
R_parda	9.934,14	55.087,42	0,18	0,86	(131.672,58)	151.540,86	(131.672,58)	151.540,86
R_Amarelo	(15.767,30)	11.986,47	(1,32)	0,25	(46.579,50)	15.044,90	(46.579,50)	15.044,90
R_indígina	(23.949,05)	16.627,81	(1,44)	0,21	(66.692,21)	18.794,11	(66.692,21)	18.794,11
Taxa de Analfabetismo %	(63.960,43)	1.490.695,33	(0,04)	0,97	(3.895.914,77)	3.767.993,91	(3.895.914,77)	3.767.993,91
Saneamento Inadequado %	(674.082,40)	1.019.926,93	(0,66)	0,54	(3.295.888,04)	1.947.723,23	(3.295.888,04)	1.947.723,23

Fonte:Elaboração Própria

Foi aplicado o modelo matemático stepwise para excluir as variáveis que contribuem menos para o modelo, nota-se que permaneceu apenas a variável R_Mulheres, as demais foram excluídas. Observa-se um elevado valor de Multicolinearidade (VIF> 10) e significância > 0,05. A Tabela 3, indica as variáveis excluídos.

Tabela 3: Variáveis Excluídas

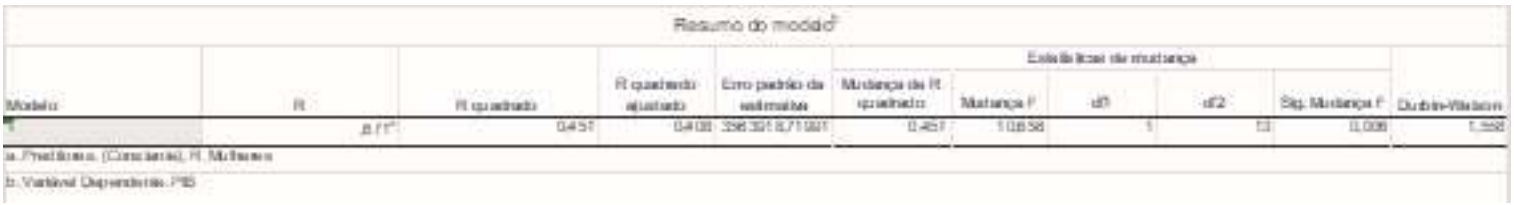
Variáveis excluídas[a]								
Modelo		Beta In	t	Sig.	Correlação parcial	Estatísticas de colinearidade: Tolerância	VIF	Tolerância mínima
1	R_Homens	-,034[b]	-0,056	0,957	-0,016	0,124	8,089	0,124
	R_Branco	-,395[b]	-0,536	0,602	-0,153	0,082	12,127	0,082
	R_preta	,040[b]	0,168	0,870	0,048	0,816	1,225	0,816
	R_parda	,094[b]	0,356	0,728	0,102	0,644	1,554	0,644
	R_Amarelo	-,680[b]	-1,153	0,271	-0,316	0,118	8,444	0,118
	R_indígina	-,330[b]	-0,998	0,338	-0,277	0,387	2,584	0,387
	Taxaaf	-,083[b]	-0,280	0,785	-0,080	0,513	1,950	0,513
	Sanea	-,152[b]	-0,674	0,513	-0,191	0,869	1,151	0,869

a. Variável Dependente: PIB
b. Preditores no Modelo (Constante), R_Mulheres

Fonte: Elaboração Própria

A Variável R_mulheres para este modelo explica 40,8% da variação do PIB, com padrões de significância <0,06 e Durbin Watson de 1,558, o que é aceitável. As mulheres representam uma força para o PIB Local, demonstrando que sua inserção n]o mercado de trabalho contribui para as métricas quantitativas de crescimento. A Tabela 4 , apresentam os dados da variável R_Mulheres.

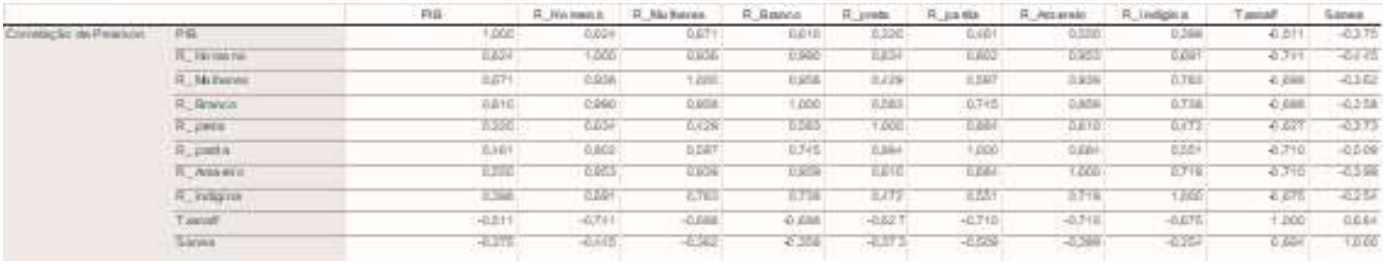
Tabela 4: Varíavel R_Mulheres



Fonte: Elaboração Própria

As correlações entre as variáveis podem ser observadas na Tabela 5, nota-se que as correlações entre renda e taxa de analfabetismo são inversas, significando que quanto maior a renda menor é a taxa de analfabetismo, a mesma lógica pode ser utilizada para o saneamento básico, porém com um poder menor de explicação, quanto maior a renda menor é a taxa de saneamento inadequado.

Tabela 5: Correlação de Pearson entre as varíaveis.



Fonte: Elaboração Própria

Como a renda esta relacionada ao nível de escolaridade, é preciso aumentar os níveis educacionais para reduzir as desigualdades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo social ocupa papel de protagonista para a insuficiência centenária do estado em conseguir resolver problemas sociais, pois atua na base da pirâmide, com a necessidade de preservação da cultura local, a busca da sustentabilidade ambiental como processo vital para a sobrevivência do grupo e o empoderamento da população para ter legitimidade social e a inovação baseada nas práticas específicas ao grupo social.

Há uma diferença entre desenvolvimento e crescimento, exceto pela variável renda das mulheres, as demais variáveis não apresentam consistência para a construção de um modelo matemático baseado no PIB a fim de determinar valores que

sejam vetores do desenvolvimento do ponto de vista da renda considerando sexo e cor, taxa de analfabetismo e saneamento básico. Sendo assim, um PIB elevado não trará necessária distribuição de renda pelo trabalho.

No que tange a questão da renda das mulheres, nota-se a importância da inserção do trabalho feminino para a construção de riqueza na cidade, uma contribuição que mescla desenvolvimento e crescimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de; SCHUH, G.E. Desenvolvimento econômico e o papel da agricultura. Série Didática [do] Departamento de Economia, Administração e Sociologia. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, Piracicaba, n. 96, p. 1-28, 2003.

BOSE, Monica. Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local. 2013. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universityof São Paulo, São Paulo, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. FGV-EESP, v. 3, p. 1–24, 2006.

Censo Demográfico IBGE .2010. Disponível em< https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em 29 de julho de 2018

Conceito de Microregiões IBGE .2018. Disponível em <http://www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=divisao>. Acesso em 29 de julho de 2018.

Divisão Regional do Brasil em Mesorregião e microrregiões Geográficas IBGE (1990). Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2010

FIELD, A. Discovering statistics using IBM SPSS statistics. London: Sage, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2012). Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2009/default.shtm. Acesso em 29 de Julho de 2018.

NOVAES, Marcos Bidart Carneiro de; GIL, Carlos Gil. A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. RAM – Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 10, n. 1, jan./fev. 2009. ISSN. 1678-6971.

RATTS, A. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma invesϴgação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1997. (Os Economistas).

STANFORD SOCIAL INNOVATION REVIEW. 2003. Disponível em: <www.ssireview.com>. Acesso em: 25/04/2018.

WILKINSON, R.; PICKETT, K. The Spirit Level: Why more equal societies almost always do better. LONDON: BLOOMSBURY PRESS, 2009.